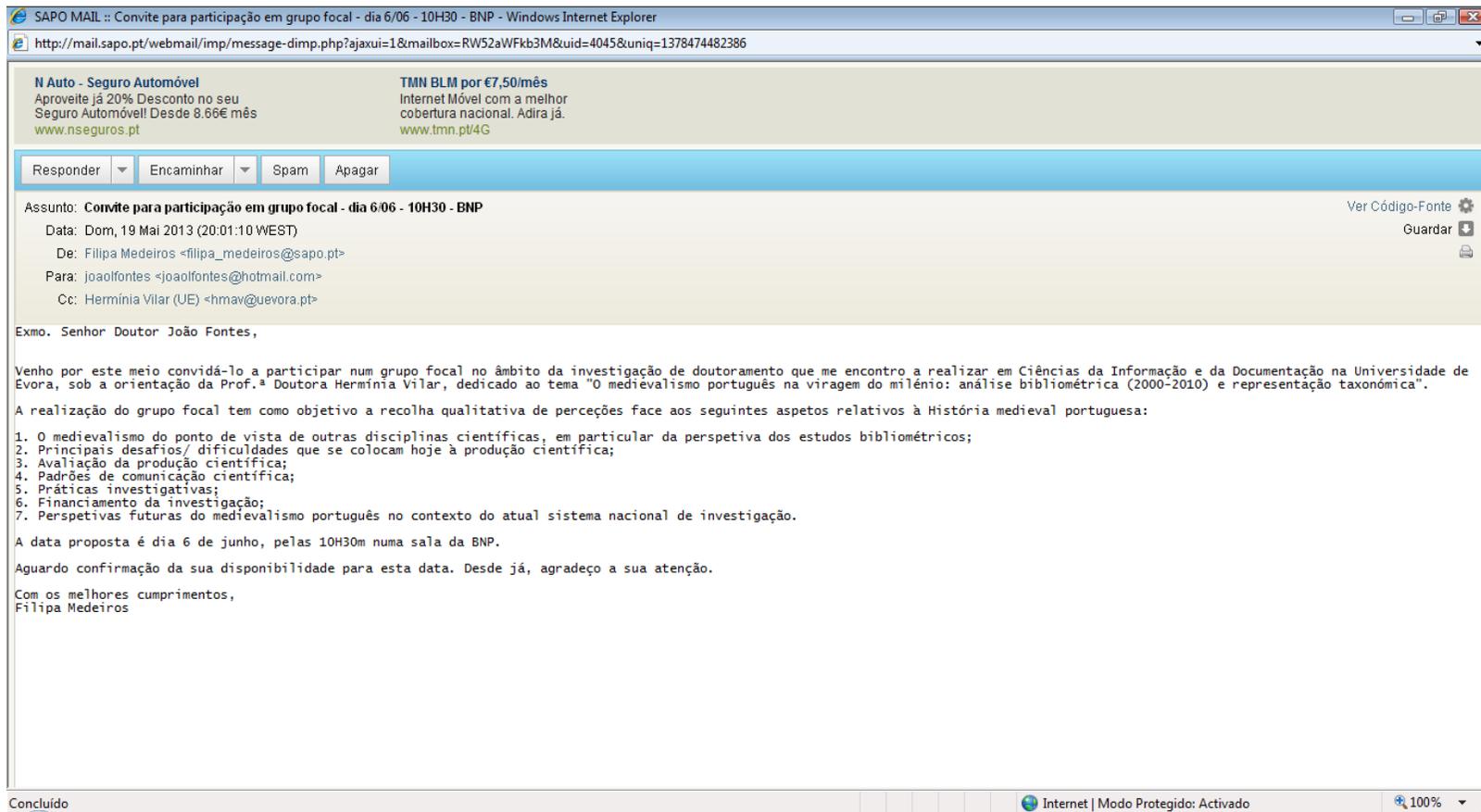


## ÍNDICE DOS ANEXOS

Anexo 1: <i>E-mail</i> convite para participação em grupo focal .....	2
Anexo 2: <i>E-mail</i> de preparação para o grupo focal .....	3
Anexo 3: <i>E-mail</i> de solicitação de CV para colaboração em análise bibliométrica .....	4
Anexo 4: <i>E-mail</i> de solicitação de colaboração enviado aos institutos/centros de investigação e projetos nacionais e estrangeiros ligados à Idade Média .....	5
Anexo 5: <i>E-mail</i> de solicitação de parecer qualitativo da taxonomia de História medieval portuguesa .....	6
Anexo 6: Pedido de solicitação da sala da APBAD .....	7
Anexo 7: Declaração de autorização para uso da sala da APBAD .....	8
Anexo 8: Transcrição do grupo focal .....	9
Anexo 9: Taxonomia de História medieval portuguesa.....	22

## Anexo 1: E-mail convite para participação em grupo focal<sup>1</sup>



<sup>1</sup> E-mail exemplificativo, dirigido a um investigador que não pôde participar no grupo focal. Desta forma, salvaguardamos as questões éticas inerentes à investigação.

## Anexo 2: E-mail de preparação para o grupo focal

Preparação do grupo focal: próxima 5ª feira, dia 6 de junho, BNP, 10H30m - Unicode (UTF-8)

Ficheiro Editar Ver Ferramentas Mensagem Ajuda

! Esta mensagem é de Prioridade Alta.

**De:** Filipa Medeiros <filipa\_medeiros@sapo.pt>;  
**Data:** domingo, 2 de Junho de 2013 15:39  
**Para:** nenhum  
**Cc:** Hermínia Vilar (UE) <hmav@uevora.pt>;  
**Assunto:** Preparação do grupo focal: próxima 5ª feira, dia 6 de junho, BNP, 10H30m

Estimados docentes e investigadores,

Serve o presente email para acertar os detalhes do grupo focal em que irão participar já na **próxima 5ª feira, dia 6 de junho, pelas 10H30m na Biblioteca Nacional de Portugal**. Sugiro que nos encontremos **junto à portaria** (balcão do serviço de segurança) cerca de dez minutos antes, **pelas 10H20m**. Como já referido, a nossa sessão decorrerá na sala da BAD (já reservada para o efeito), que não é de acesso público, pelo que combinamos este ponto de encontro.

A sessão terá a **duração aproximada de 90 minutos** e será gravada, caso não haja qualquer tipo de inconveniente para nenhum de vós. Os dados recolhidos serão naturalmente confidenciais. Este meio irá garantir, por um lado, a fiabilidade das perspetivas e perceções apresentadas e, por outro lado, auxiliar no processo de tratamento da informação por parte da doutoranda.

No caso de pretenderem refletir antecipadamente, as **questões** que discutiremos relacionam-se com os seguintes aspetos da História Medieval, de resto já elencados no primeiro email que vos foi enviado:

1. O medievalismo do ponto de vista de outras disciplinas científicas, em particular da perspetiva dos estudos bibliométricos;
2. Principais desafios/ dificuldades que se colocam hoje à produção científica;
3. Avaliação da produção científica;
4. Padrões de comunicação científica;
5. Práticas investigativas;
6. Financiamento da investigação;
7. Perspetivas futuras do medievalismo português no contexto do atual sistema nacional de investigação.

O grupo focal **será constituído pelos seguintes elementos:**

Informo ainda que contamos com a presença da Prof.ª Hermínia Vilar, a orientadora principal desta investigação de doutoramento.

Dispomos também de material para tirar apontamentos, caso pretendam.

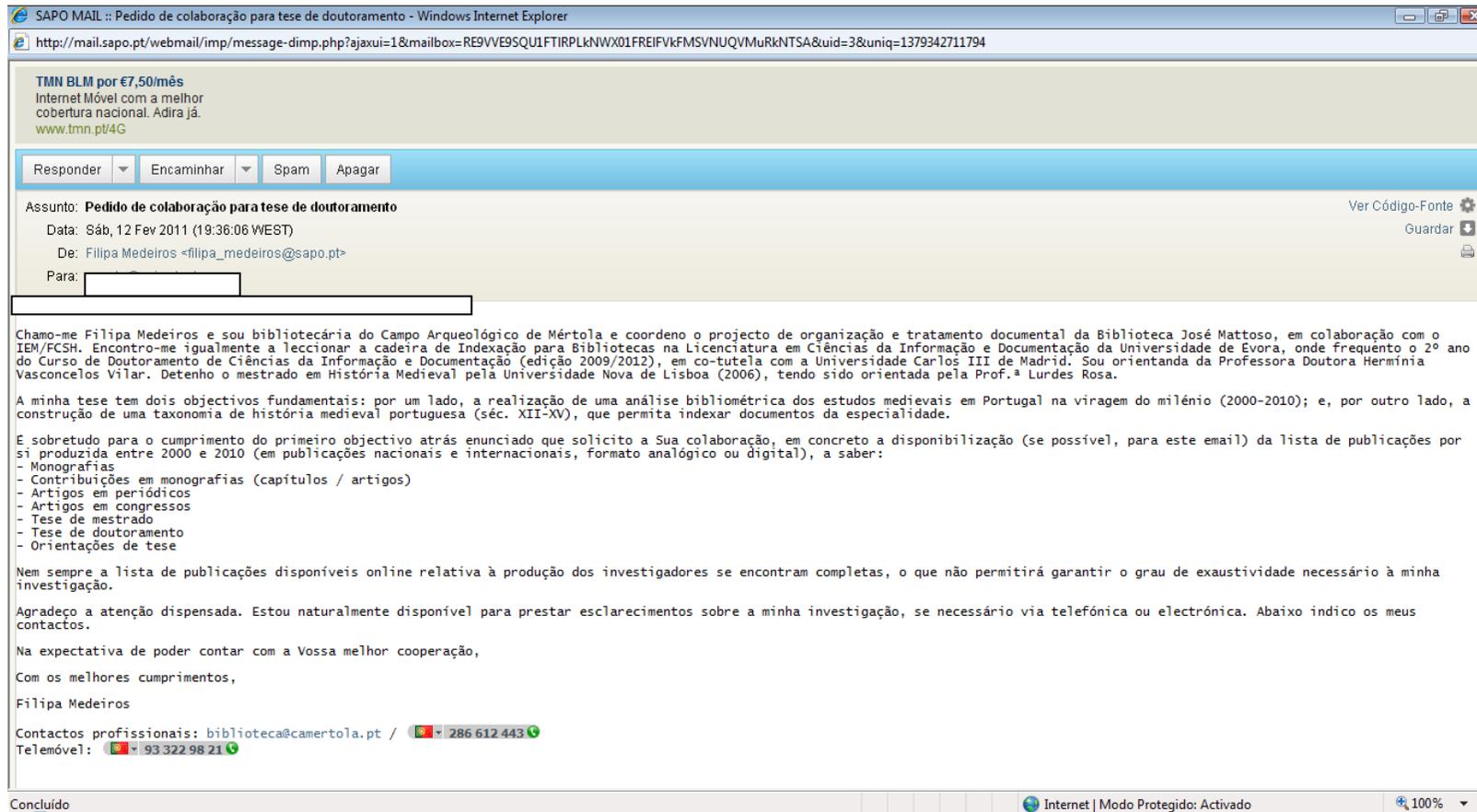
Mais uma vez, agradeço a vossa colaboração, sem a qual a efetivação deste grupo focal seria irrealizável e, consequentemente, a investigação seria, por sua vez, menos rica e, quiçá, com resultados menos proveitosos.

No caso de necessitarem, o meu telemóvel é:  93 322 98 21 .

**Solicito confirmação do aviso de receção deste email.**

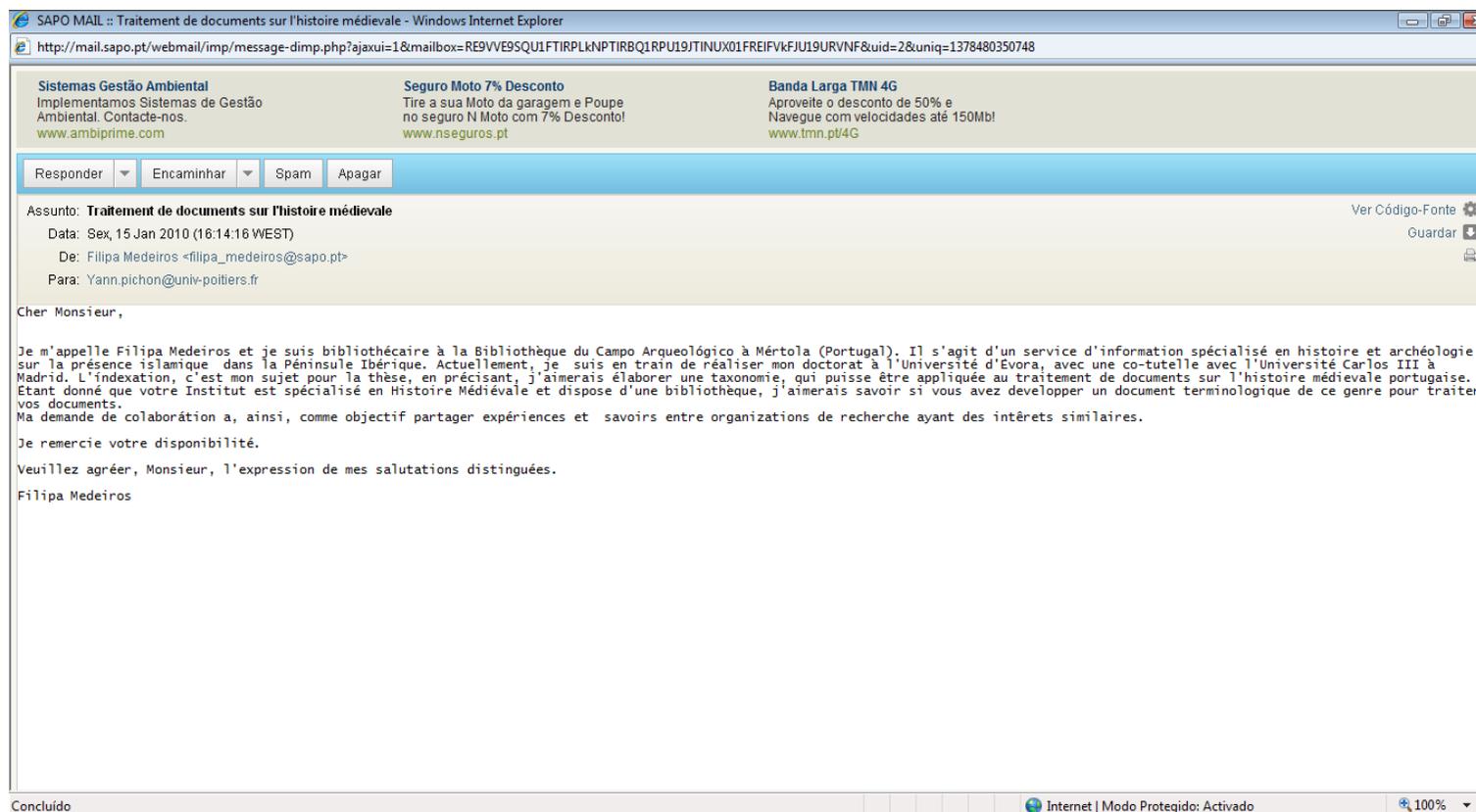
Com os melhores cumprimentos e até lá.  
Filipa Medeiros

### Anexo 3: E-mail de solicitação de CV para colaboração em análise bibliométrica<sup>2</sup>



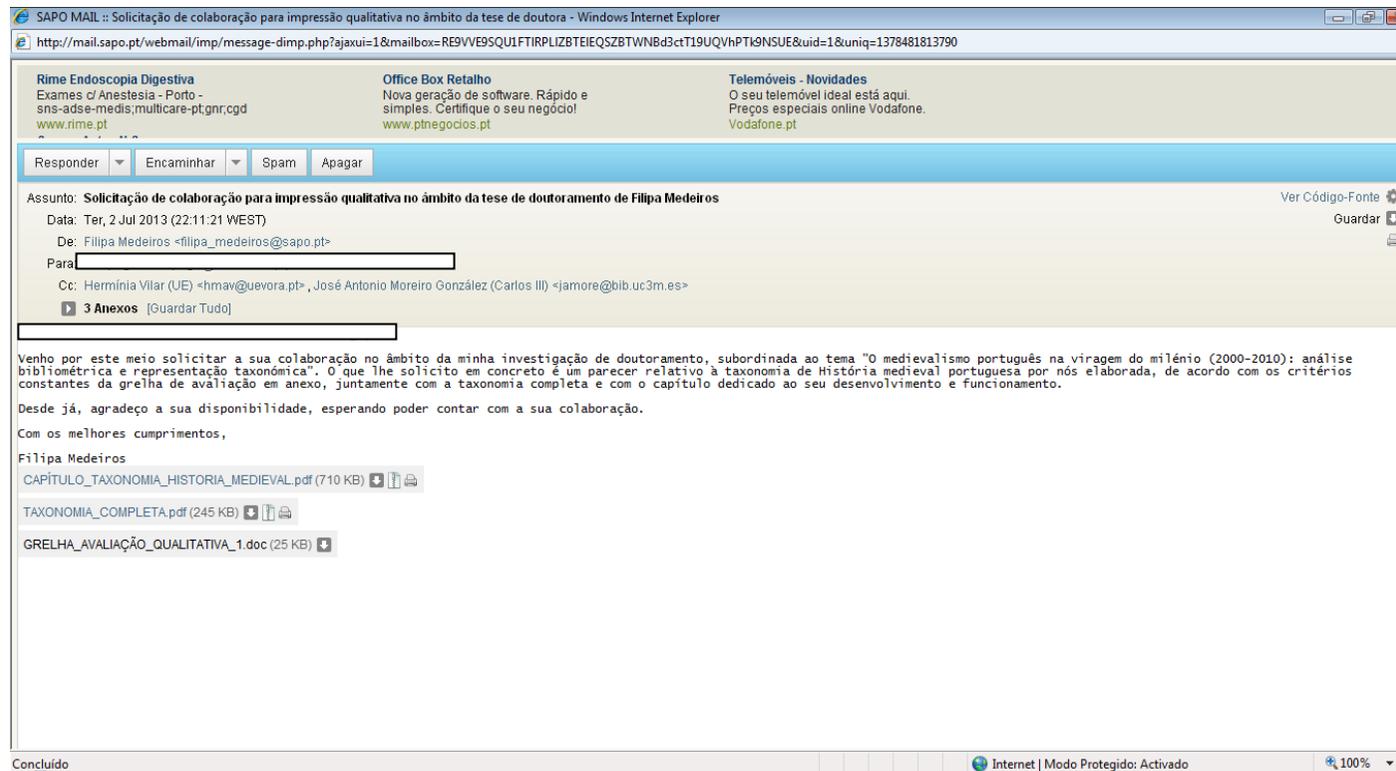
<sup>2</sup> Neste e-mail foi suprimido o nome do medievalista ao qual se solicitou o respetivo CV.

## Anexo 4: E-mail de solicitação de colaboração enviado aos institutos/centros de investigação e projetos nacionais e estrangeiros ligados à Idade Média<sup>3</sup>



<sup>3</sup> E-mail exemplificativo, em língua francesa, enviado ao *Centre d'Etudes Supérieures de Civilisation Médiévale* (Poitiers, França).

## Anexo 5: *E-mail* de solicitação de parecer qualitativo da taxonomia de História medieval portuguesa<sup>4</sup>



<sup>4</sup> Neste *e-mail* foi suprimido o nome da pessoa à qual se solicitou o parecer qualitativo da taxonomia, tendo em conta a salvaguarda das questões éticas.

## Anexo 6: Pedido de solicitação da sala da APBAD

### PARECER

Eu, Hermínia Maria de Vasconcelos Alves Vilar, professora auxiliar com agregação da Universidade de Évora e orientadora da dissertação de doutoramento de Filipa Maria Cristóvão Medeiros, venho por este meio solicitar a sala da BAD sita na BNP para a realização de um grupo focal, decorrente da investigação da doutoranda.

Relativamente à data de realização do grupo focal, confirmamos o mais brevemente possível, na medida em que ainda estamos a proceder a ajustes de calendarização entre todos os participantes.

Aguardo deferimento.

Com os melhores cumprimentos,

Évora, dia 15 de maio de 2013.



(Hermínia Vasconcelos Vilar)

## Anexo 7: Declaração de autorização para uso da sala da APBAD



associação portuguesa de  
**bibliotecários, arquivistas e documentalistas**

Exmos. Senhores,

Venho por este meio solicitar ao Serviço de Segurança da Biblioteca Nacional de Portugal a entrega das chaves da sala desta Associação, à nossa associada, **Dra. Filipa Maria Cristóvão Medeiro**, no próximo dia 6 de junho.

Lisboa, 27 de maio de 2013

Com os meus cumprimentos,

José Correia  
Coordenador do Secretariado da BAD

## Anexo 8: Transcrição do grupo focal

- A. Como encaram as perspetivas de outras disciplinas científicas, em particular dos estudos bibliométricos, sobre a historiografia medieval portuguesa? Será que podem funcionar de forma complementar aos estudos de balanço/síntese da investigação historiográfica atual? [questão introdutória]

D1: “Penso que essas perspetivas são indubitavelmente importantes, pois também são necessários balanços quantitativos. Aliás, são cada vez mais frequentes os chamados «olhares cruzados» que nos permitem, em termos hermenêuticos, olhar a História, e, neste caso, a medievalidade de uma forma mais global.”

D2: “As outras ciências têm muito a dizer-nos sobre a forma de avaliação da nossa produção científica, mas têm muito pouco a dizer-nos em termos da forma de qualificar a nossa investigação. No entanto, uma mais-valia dos estudos bibliométricos é a de nos permitir perceber as áreas de maior e de menor insistência dentro da historiografia medieval portuguesa. Isso pode permitir-nos definir linhas estratégicas para os projetos da FCT e outros; perceber os défices de investigadores numa determinada área; detetar os pontos fortes dos diversos centros de investigação e unir esforços, pois só assim é que vamos conseguir evoluir.”

I1: “Sobre isto, assinalo que os estudos medievais são sobretudo estudos históricos, nos quais parece que falta a articulação com outras áreas do saber, daí o contributo das demais disciplinas ser absolutamente fundamental.”

I2: “A mais-valia destes estudos é a possibilidade de nos fornecerem um quadro global da atividade científica dos medievalistas para o período em análise, as influências e as escolas dominantes e, ainda, o que está por fazer. Os dados que esta investigação vai proporcionar irão ser, sem dúvida, um contributo muito importante.”

D3: “Penso que sim, que uma perspetiva bibliométrica poderá enriquecer o panorama dos estudos medievais. [...] Qualquer contacto com as outras ciências e, até dentro da própria História, é extremamente importante, sobretudo para alargarmos a nossa visão, muitas vezes reduzida ao nosso «quintal».”

**D4:** “Penso que essas perspetivas representam um testemunho de imperialismo científico, pois encaram como igual aquilo que é estruturalmente diferente. Não respeitam a especificidade das Ciências Sociais e Humanas. Por isso, elas nunca funcionam de forma complementar.”

B. Como resumiriam o avanço dos estudos medievais em Portugal nas últimas duas décadas? [questão de transição]

**D4:** “O avanço dos estudos medievais nos últimos vinte anos foi espetacular. Para o confirmar, basta vermos as biografias sobre os reis e rainhas, que, embora muito desiguais, representam um desenvolvimento inconcebível para um observador situado nos anos 80 do século XX. O livro sobre Historiografia medieval publicado em 2012 pelo IEM confirma-o plenamente. Hoje em dia, tal desenvolvimento entrou, contudo, numa fase de bloqueio, quer por ausência de renovação dos docentes das universidades, quer pela falta de financiamento para projetos de investigação em História medieval.”

**D2:** “O avanço é inegável e deve-se, em grande medida, ao facto de a FCT ter atribuído inúmeras bolsas, sobretudo de doutoramento e de pós-doutoramento, a um nível nunca anteriormente visto, o que com as novas políticas - sobretudo com os mais recentes doutoramentos FCT - se pode inverter. [...] Uma alternativa seria criar centros com carreiras de investigação em História medieval, visto que as universidades não podem nem devem absorver todos os investigadores. Cumpre-nos fazer um pouco de lóbi, que não temos feito em boa verdade.”

**I1:** “A FCT foi uma grande impulsionadora da investigação do medievismo português, quando comparada com as suas anteriores. A lógica atual é, no entanto, perversa, pois favorece o estreitamento das áreas do saber, nas quais a História medieval tem tido uma fraca representatividade. Junta-se, a isto, o atual contexto de recessão económica que irá afetar, inevitavelmente, a investigação no domínio dos estudos medievais.”

I2: “Houve, sem dúvida, um claro progresso, mas o rumo atual da investigação em História medieval está um pouco comprometido também por falta de tempo dos docentes envolvidos por uma enorme carga burocrática e ainda pela diminuição da atribuição de bolsas da FCT, sobretudo há dois anos a esta parte.”

D3: “A subsidiação das teses de doutoramento por parte da FCT permitiu um *boom* da investigação de qualidade. [...] Nos últimos 20 anos houve uma grande produção de História medieval, primeiro ligada aos mestrados e depois aos doutoramentos. Hoje em dia, são apenas os doutoramentos que permitem a investigação avançar. Outra questão importante é a diminuição do tempo útil de investigação, que prejudica a qualidade do trabalho científico, de reflexão e de maturação científicas. Apesar deste contexto, não sinto que os alunos se afastem da História medieval, pelo menos na FLUL. Os nossos seminários têm sempre imensos alunos, mais do que os seminários de História moderna e de História contemporânea, de longe.”

D1: “Até há cerca de três ou quatro anos atrás, vivemos anos de ouro no que respeita ao financiamento da investigação e que não viveremos nos tempos mais próximos. Existia uma profunda lacuna no que respeita ao conhecimento das fontes medievais portuguesas e esta situação só se conseguiu inverter por termos as condições necessárias para tal. Porém, o cruzamento das lógicas institucionais com as lógicas de investigação é que deu origem à situação atual. Cada instituição tem de ter um centro se pretende ter financiamento para a investigação. Atualmente, a História medieval é um parente pobre em termos de financiamento e em termos de atribuição de bolsas face a outras áreas, até dentro da própria História. No meu entender, a História medieval tem vindo a perder representatividade e capacidade de atrair jovens investigadores devido não só, mas também devido a esses motivos.”

C. São as unidades de investigação elementos de apoio à consolidação da investigação em História Medieval em Portugal atualmente? [questão-chave]

D2: “Estou muito cética relativamente à utilidade das unidades de investigação. Penso que todos nós fazíamos mais investigação quando não estávamos sujeitos às determinações e exigências das unidades de investigação que, hoje em dia, são reféns da entidade que as subsidia e das políticas do Estado que definem o que interessa e o que não interessa subsidiar. Neste sentido, as unidades de investigação

não têm qualquer tipo de autonomia científica e fazem os seus planos de atividade de acordo com diretrizes superiores e não de acordo com o que pensam os seus investigadores individuais.

Também as linhas de investigação dentro dos centros deveriam surgir de modo próprio e são impostas de fora para dentro. O pânico de perderem o subsídio e a classificação limita fortemente as unidades. Para além disso, a burocracia é excessiva e exigem-nos relatórios sem grande utilidade.

Os próprios orçamentos têm limitações devido às dotações específicas, só contingências que nos fazem perder autonomia científica e de definição de políticas equilibradas.

Hoje em dia, estarmos inseridos numa unidade não é um processo natural, mas uma obrigatoriedade, mesmo que nada façamos. A meu ver, não são um fator de promoção da investigação.

Também a lógica de financiamento existente potencia o espírito corporativo, ao contrário do espírito colaborativo que seria o natural. Por isso, as alianças entre universidades, como por exemplo em projetos de investigação, nem sempre são muito bem vistas...”

I1: “A lógica atual dos centros de investigação é autofágica, ou seja, produzimos para sobrevivermos, portanto não há financiamento em ciência de ponta. O IEM é o único centro de investigação em Portugal dedicado na íntegra ao medievalismo sendo, por isso, uma honrosa exceção. [...] Todos os outros são transversais a todas as épocas cronológicas e, neste sentido, a investigação em História medieval ocupa um nicho dentro dos centros, daí haver pouca capacidade operativa por parte dos medievalistas.”

I2: “A situação das unidades de investigação chega a ser um pouco frustrante, pois mais do que a investigação em si, o que de facto parece importante são as políticas existentes por detrás dela. Estas políticas impedem que a investigação se faça de uma forma colaborativa. Pessoalmente, não me interessa saber se um investigador é do centro X ou Y, mas sim se trabalha em áreas comuns às minhas. [...] Isto decorre das lógicas institucionais e da política de financiamento das próprias universidades, fazendo com que estas tenham o espírito corporativo o mais extremo possível, completamente avesso à colaboração interuniversitária e à até mesmo à própria internacionalização.”

**D3:** “As lógicas impostas pela FCT são contraditórias: por um lado, o centro deve ter um grande projeto seu, por outras palavras, que o identifique. Mas, ao mesmo tempo, deve ter uma grande variedade de investigadores, se possível de outros centros do de partida. Nunca percebi muito bem esta contradição e como estes dois fatores de conjugam na prática.”

**D4:** “[...] Hoje os centros de investigação encontram-se em processo de estiolamento devido à falta de verbas, não cumprindo, portanto, a sua função de potenciadores de renovação dentro das respetivas universidades.”

**D1:** “Apesar da má conjuntura, os centros de investigação têm a vantagem de apoiar imenso a internacionalização, no que respeita, pelo menos, às traduções e viagens, como acontece no CIDEHUS-UÉ. De qualquer das formas, eu dentro do meu centro sinto-me tão isolada como fora dele devido à especificidade das matérias de investigação que trabalho. As dificuldades hoje prendem-se com questões estruturais dentro dos centros. Cada vez menos me sinto um ser humano pensante e reflexivo devido às imposições das lógicas institucionais e à produtividade que nos é constantemente exigida.”

**D2:** “Acrescento, ainda, que as imposições da FCT fazem com que os centros se concebam a eles próprios como uma espécie de «mentores de atividades» (colóquios, encontros, workshops). Estas iniciativas apenas têm a finalidade de funcionar como números para os relatórios de atividades. Em vez disso, as linhas podiam estruturar-se em termos de objetivos muito concretos que realmente as interessassem. As lógicas quantitativas e de produtividade dos autores estão a subverter o sistema. Para mim, isto não é revelador de qualidade. Acho bem que os centros mostrem produtividade, mas acho mal que tenham de andar à procura dos investigadores mais produtivos para melhorar a qualidade dos seus relatórios para a FCT. Essa lógica é complicada e estraga as relações pessoais entre investigadores.”

**D1:** “A verdade, é que nós medievalistas, não temos adotado estratégias de visibilidade. Temos a perceção do que se está a passar, mas não temos unido esforços para minimizar estas adversidades de perda de terreno dentro da própria História. Para além disso, nós não temos conseguido segurar os alunos, pois não temos projetos nacionais nem internacionais, mais o facto de sermos minoritários nos centros, à exceção do IEM, são fatores que têm impedido assegurar uma «sombra» de estabilidade que capte jovens investigadores.”

D. Como encaram a avaliação da produção científica, em particular no âmbito da História medieval, nomeadamente pela FCT? [questão-chave]

I1: “No que concerne à avaliação, eu saliento a obrigatoriedade da integração dos investigadores em linhas de investigação e que nos é imposta pela FCT, desde 2006/2007. Ora, isto não é um processo orgânico, mas sim que surgiu de fora para dentro, o que nem sempre tem efeitos benéficos. Muitas vezes, os investigadores não têm qualquer afinidade com a linha que integram. Uma outra questão que a meu ver é importante é o facto de não existirem centros de investigação interuniversitários. Não existe um esforço de agregação. Cada universidade é muito ciosa dos seus centros por causa da avaliação por parte da FCT.”

I2: “Eu vou centrar-me no meu caso. Somos prejudicados na avaliação FCT se não pertencermos a um centro por ela classificado, o que me parece pouco adequado. Eu por exemplo, tive de ser integrada noutra centro classificado pela FCT, com o qual pouco me identifico, exatamente para não ser prejudicada na minha avaliação.”

D3: “Sobre a avaliação, o que penso ser importante é levar em conta a especificidade da História medieval, nomeadamente da durabilidade do nosso trabalho, que não pode cair em imediatismos relacionados com o interesse do leitor. Existem outros índices que temos de tomar em consideração, talvez a serem por nós construídos. [...] Foco também a importância, que nem sempre é unânime, de publicar em revistas com revisão por pares, pois, pelo menos à partida, temos uma arbitragem que deverá garantir a qualidade da produção.”

D4: “A democratização do ensino superior alterou a dimensão doméstica da academia e obrigou, e obriga, à existência de mecanismos de avaliação da qualidade. É esse o caminho que há que trilhar e julgo que essa transformação é irreversível. As aproximações quantitativas são úteis e devem estar disponíveis e ser usadas, mas devem ser encaradas como aquilo que são, isto é, como indicadores, não podendo ser erigidas em critério único de verdade. Servirão para um diagnóstico, mas elas não são o diagnóstico: o diagnóstico terá sempre que pertencer ao cientista e não ao técnico, sob pena de se «matar o paciente».

Por outro lado, não creio que os indicadores de impacto científico, que felizmente ainda não estão em uso no medievalismo português, possam ser usados para medir os avanços científicos, a menos que se proíba a publicação científica sob forma de livro,

de ensaio, ou de artigo, coisas destinadas à crítica e à reflexão e muito diferentes dos *papers* onde só têm lugar os estados da arte (não da ciência, felizmente) e análises sob formas que respeitam o pensamento dominante. A produção científica precisa de espaços de liberdade, onde o *erro* e o *gênio* sejam possíveis ao mesmo tempo, sem serem conformados previamente pelas ideias científicas dominantes. De costume, era essa a função da universidade.”

D1: “Em termos gerais, concordo com a avaliação, mas temos de atender à nossa especificidade, que tem sido uma luta dos medievalistas, embora não institucionalizada, mas sim de vozes dispersas, não vos parece? Temos de fazer chegar a quem de direito os elementos que, no nosso entender, podem funcionar como bons padrões de avaliação. E até agora os medievalistas têm-se demitido disso.”

D2: “Temos de ser avaliados por métodos rigorosos e que sejam possíveis de ser quantificados, mas temos de levar em causa a especificidade da nossa disciplina, pois a vida útil da nossa produção científica não se pode comparar, por exemplo, com a Medicina ou a Biologia, em que a perda de qualidade é muito rápida. E isto tem de ser muito bem explicado aos poderes constituídos e temos de ser nós a construir / sugerir os nossos próprios instrumentos de aferição e que irão funcionar devidamente no momento da avaliação da produção científica em História medieval. Por outro lado, tenho sérias dúvidas sobre os fatores de impacto, pois sabemos que por vezes eles podem ter efeitos perversos e que servem lóbis de determinadas revistas, sobretudo daquelas que dominam os circuitos editoriais.”

E. Como perspetivam os atuais padrões de comunicação científica, nomeadamente as publicações em formato digital e em acesso aberto?  
[questão-chave]

I2: “Na área dos estudos medievais ainda existe uma preponderância do formato impresso, sem dúvida. Há ainda um preconceito enorme face ao digital. Mas isto é uma questão cultural, geracional, parece-me [...]. A disponibilização em acesso aberto é fundamental e será a tendência nos próximos tempos.”

**I1:** “À exceção do IEM, parece-me que a maioria dos restantes centros são bastante avessos às publicações em formato digital, talvez devido aos direitos de autor. Estamos ainda muito aquém dos novos padrões de comunicação científica. Na FLUL, não somos obrigados a depositar os nossos artigos no repositório científico da universidade. Tenho impressão que no Centro de História, que conheço bem, ninguém deposita a sua produção, exceto dois docentes num total de quase cinquenta. Não sei se é falta de comunicação entre o centro e quem gere o repositório...”

**D4:** “As revistas digitais já estão na historiografia medieval portuguesa e muitas revistas em papel são também disponibilizadas nesse formato, alguns meses após a saída dos últimos números. Os repositórios científicos cumprem, por outro lado, uma função importante ao disponibilizarem a produção académica. Seja como for, não creio que o papel desaparecerá.”

**D1:** “[...] Na UÉ os docentes são obrigados a depositar a sua produção científica no repositório para fins de avaliação. Mas quando não era obrigatório, quase ninguém depositava nada.”

**D2:** “Na FCSH não existe essa obrigatoriedade por parte dos docentes. Eu concordo com a produção científica em acesso aberto, por natureza e por formação académica. Aliás, a FCT está a implementar uma política de acesso aberto para os resultados da investigação científica, o que poderá sensibilizar-nos mais para estas questões.”

**D3:** “Na FLUL, eu nunca ouvi falar dessa obrigatoriedade dos docentes terem de depositar as suas produções científicas no repositório. Mas parece-me que os proveitos disso deverão ser imensos. Por exemplo, eu vejo pelos meus alunos quando lhes forneço a bibliografia. As referências que não estejam disponibilizadas em linha, eles não leem...”

**D1:** “Os cortes orçamentais também vão fazer crescer o formato digital, sem dúvida, mas só por isso, não pelas vantagens do digital em si. Mas a resistência ainda é grande, sobretudo entre os medievalistas de gerações mais antigas. Depois, a coloca-se a questão das permutas no caso das revistas... Por outro lado, o acesso aberto por vezes também «polui», pois existe muita produção sem qualidade decorrente da democratização da informação.”

**D3:** “Mas também existem livros impressos sem qualidade... Se não partilharmos o que produzimos, para que serve a investigação?”

#### F. Práticas investigativas

- a. Como encaram o recurso à utilização de bases de dados nacionais e internacionais no decurso da investigação? É uma prática implementada entre os medievalistas? [questão-chave]

**I2:** “As bases de dados internacionais são instrumentos fundamentais para a investigação, mas a sua consulta está longe de ser uma prática instituída entre os investigadores medievalistas. Eu fui tendo contacto com algumas bases através de colegas meus que já as haviam utilizado.”

**I1:** “Eu fui descobrindo por mim, mas só depois da licenciatura é que tive um contacto mais assíduo com as bases de dados, nas quais revejo uma enorme mais-valia para a investigação científica.”

**D3:** “Partindo do meu caso especificamente, há uns anos atrás não sabia bem o que lá poderia encontrar, mas não sei se é bem uma questão geracional ou se está relacionado com as áreas do saber em si. Para a Idade Média não sei se estas bases têm o mesmo peso do que para outras disciplinas, mesmo inseridas nas próprias Humanidades.”

**D4:** “As bases de dados são cada vez mais imprescindíveis e cada vez mais usadas, embora nem todas estejam disponíveis nas bibliotecas universitárias. São uma forma de acesso a informação dificilmente disponível de outra forma.”

**D2:** “No meu caso, penso que a B-on, para citar um exemplo, a maioria das vezes, não tem nada do meu interesse. Eu prefiro recomendar aos meus alunos o *Internet Medieval Sourcebook*, publicado pela Forham University (E.U.A.). Mas tenho a perfeita noção que eles consultam menos estas bases do que deveriam, apesar de eu ter o cuidado de nas aulas mostrar o seu funcionamento. Em Portugal, penso que a disponibilização em linha de revistas digitais por parte da FLUC e da FLUP foi muito importante. Face às restantes bases internacionais, as próprias universidades ainda não investem nas bases de dados da área de Medieval, como sabemos, o que limita, à

partida, a sua consulta. Somos poucos e falta-nos força no quadro das universidades para inverter esta situação. Pessoalmente, tenho visto alguma pertinência no *Jstor* para a nossa área.”

**D1:** “Penso que a utilização das bases de dados é fundamental, quer por parte dos docentes, quer por parte dos discentes, sobretudo nos 2º e 3º ciclos. Existe muito material sobre História medieval que nos é perfeitamente desconhecido e que existe nessas bases, por isso impõe-se uma necessária inflexão. Mas o curioso é que têm sido os alunos a ajudar-me na familiarização com estas bases de dados e não o inverso...”

- b. Qual a vossa perceção acerca da produção científica em colaboração nacional/ internacional e sobre a internacionalização da historiografia medieval portuguesa? [questão-chave]

**D4:** “Qualquer colaboração, de âmbito nacional ou internacional, é sempre um ganho, porque instaura a necessidade de traduzir ideias e suscita o confronto, garantindo formas de comparar processos contemporâneos ou de âmbito e estrutura semelhantes. A colaboração em trabalhos internacionais é, por isso, a melhor aposta, embora a dimensão da academia portuguesa e do financiamento científico público coloque entraves múltiplos. Mas não se pode confundir internacionalização com publicação em inglês, nem permitir que o português seja impedido de progredir como língua de ciência e de reflexão.”

**D3:** “A colaboração é fundamental, embora confesse que tenha algumas renitências quanto a esta problemática, nomeadamente em algumas áreas que são muito específicas. O que não ajuda é o escasso financiamento para traduções e para deslocações ao estrangeiro, pois os centros já não conseguem suportar estas despesas, o que torna a internacionalização muitas das vezes uma «miragem». Por isso, no meu caso, os contactos em colaboração internacional, sobretudo, são muito pontuais e residuais, não tendo, como tal, a envergadura de um projeto internacional sistematizado.”

**D1:** “Tudo o que se relacione com cooperação parece-me bem, mas a internacionalização não é sinónimo de qualidade em todos os casos. Mas temos um

problema, que é o da língua portuguesa, que é um grande obstáculo, pois somos nós, em quase todos os casos, que temos de escrever numa outra língua, o que implica um enorme esforço. Não estou numa rede institucionalizada, mas tenho os meus contactos científicos com colegas estrangeiros que trabalham áreas afins das minhas. O principal problema do medievalismo português é a ausência das perspectivas comparativistas que nos façam transpor a fronteira do estudo de caso estreitamente português. Para a minha geração isso ainda é, por vezes, difícil, ao contrário do que ocorre com as gerações mais novas. Para além disso, temos um defeito estrutural que é a dificuldade de trabalhar em grupo. É preciso inverter esta situação.”

I2: “É verdade, temos pouca prática de trabalhar em grupo, o que se pode dever ao próprio trabalho do historiador em si, que é, por natureza, solitário. Também não podemos esquecer que, por vezes, os nossos temas de trabalho são tão específicos que temos poucos colegas com quem podemos partilhar a nossa investigação e discuti-la.”

D2: “Eu não tenho essa experiência. Já tenho trabalhado em imensos projetos nacionais e internacionais em colaboração e correu tudo pelo melhor, não havendo qualquer dificuldade de integração. No meu mestrado também sempre trabalhei em grupo e desde o início da minha carreira tenho feito comunicações em grupo. Para além disso, o trabalhar em grupo depende muito de nós. Eu própria imponho isso aos meus alunos pois sei que, apesar das resistências, têm muito a ganhar com isso. Sobre a internacionalização, ninguém, hoje em dia, deve pensar que ela não é necessária e que apenas se possa produzir com a perspectiva centrada em Portugal. Aliás, atualmente, os nossos colegas internacionais têm muita curiosidade em saber o que nós produzimos e penso que temos desvalorizado esta questão.”

I2: “Acrescenta-se ainda que nós, em Portugal, não temos o hábito das teses estarem integradas em projetos, fazendo, portanto, uma interface com uma investigação mais ampla (...). Voltamos ao próprio sistema, ou seja, as equipas interinstitucionais têm quase de andar à revelia das lógicas cooperativas dos próprios centros. Mas a verdade é que as redes, mesmo que informais, ultrapassam os centros, o que é inevitável.”

I1: “Os próprios centros não disponibilizam as condições físicas necessárias para trabalhos em colaboração. A maioria deles não possui uma sala para bolseiros e investigadores poderem trabalhar juntamente com outros colegas e partilhar a sua investigação”.

**D2:** “Os próprios regulamentos da FCT relativos aos pós-doutoramentos, para citar um exemplo, não exigem que o bolsheiro tenha de permanecer obrigatoriamente durante um determinado período de tempo na unidade de investigação de acolhimento. Ora, isto também não favorece a colaboração, como sabemos. Há que criar essa cultura colaborativa, que deve partir do próprio centro e dos regulamentos. Por outro lado, as linhas também fragmentam, naturalmente.”

**D3:** “Eu vejo grandes vantagens em termos colegas do nosso centro a trabalharem as mesmas áreas. Isso facilita muito a colaboração e há sempre vantagens. Outra questão importante para nós é que no Centro de História da FLUL não dependemos de financiamentos da FCT e, por isso, estamos mais livres para estudarmos o que quisermos e com quem quisermos. Mas ainda existe um preconceito muito grande em estudar temas que não sejam estritamente portugueses, o que dificulta, muitas das vezes, a internacionalização.”

G. Por onde passa o futuro dos estudos medievais portugueses no contexto do atual sistema de investigação nacional? [questão final]

**D1:** “Se não quisermos regredir ainda mais, penso que a colaboração e a internacionalização são o futuro, sem dúvida.”

**D3:** “Eu penso que é fundamental a reforma radical das unidades e do sistema da investigação. A atual lógica não se adequa. Eu não me importava que houvesse apenas um único instituto de estudos medievais nacional, ou seja, filiado a todas as universidades nas quais houvesse investigação na área.”

**D2:** “Reformar pela colaboração, criando uma espécie de federação assumidamente suprainstitucional, na qual os medievalistas podiam colaborar, desde que as universidades aceitassem, o que eu duvido. Os investigadores continuariam institucionalmente agregados aos seus centros, mas podiam colaborar nessa superestrutura federativa, estruturada em linhas de investigação, dotada de pós-graduações e de uma carreira de investigação. Para termos futuro, temos de nos desligar desta <pequenez> corporativa e à revelia das instituições criar as estruturas que nos deem representatividade efetiva.”

I2: “Porque não começar pela Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais? Podia ser uma primeira tentativa agregadora, para, mais tarde, evoluir com uma outra estrutura. Apesar de não poder concorrer a projetos da FCT por ser uma sociedade, pode dinamizar projetos e equipas de investigadores.”

I1: “Penso que o futuro é a internacionalização e a criação de uma carreira de investigação.”

D4: “Vejo o futuro dos estudos medievais bastante comprometido. O principal problema reside, de facto, na ausência de uma estratégia clara, seja ela qual for. As regras, os formulários, os objetivos, a natureza dos financiamentos, as épocas de abertura dos concursos, etc., mudam quase de ano a ano, sem permitirem que os centros e os investigadores desenvolvam planos a longo prazo. Por outro lado, a burocracia da FCT, que se associa, de resto, à burocracia universitária, têm impedido um uso simples e eficaz das verbas disponíveis.”

## Anexo 9: Taxonomia de História medieval portuguesa

### 1. ADMINISTRAÇÃO

#### 2. Administração central

3. Chancelaria

3. Conselho do rei

3. Cúria

4. Cúria extraordinária

4. Cúria ordinária

3. Fazenda

4. Despesas régias

4. Receitas régias

4. Vedoria

3. Justiça

4. Delitos

5. Delitos contra o património

5. Delitos contra pessoas

4. Sentenças

5. Penas

6. Castigos públicos

6. Coimas

6. Degredo

6. Pena de morte

6. Prisão

4. Tribunais

5. Casa da Suplicação

5. Casa do Cível

3. Oficiais da administração central

4. Alcaides-mores

4. Alferes-mores

4. Almojarifes

4. Chanceleres-mores

4. Corregedores

4. Corregedores da corte

4. Corregedores-mores

4. Desembargadores

4. Escrivães da puridade

4. Juízes de fora

- 4. Juizes dos feitos do rei
- 4. Meirinhos-mores
- 4. Mordomos da corte
- 4. Mordomos-mores
- 4. Ouvidores
- 4. Ovençais
- 4. Porteiros
- 4. Procuradores
- 4. Recebedores
- 4. Rendeiros
- 4. Tabeliães
- 4. Tesoueiros
- 4. Vedores da chancelaria
- 4. Vedores da fazenda
- 4. Vice-chanceleres

## 2. Administração eclesiástica

### 3. Divisões administrativas eclesiásticas

- 4. Arcebispados
  - 5. Dioceses
    - 6. Arcediagados
    - 6. Arciprestados
    - 6. Paróquias
- 4. Comendas
  - 5. Abades comendatários
  - 5. Comendadores-mores

### 3. Funcionários eclesiásticos

- 4. Apontadores
- 4. Contadores
- 4. Escrivães
- 4. Mordomos
- 4. Porteiros
- 4. Prebendeiros
- 4. Sacristãos
- 4. Solicitadores
- 4. Subtesoueiros

### 3. Padroados

- 4. Direito de padroado
- 4. Padroeiros
- 4. Tipos de padroado
  - 5. Padroados eclesiásticos

- 5. Padroados leigos
- 5. Padroados régios
- 3. Tribunais eclesiásticos
- 2. Administração judaica
  - 3. Comunas judaicas
    - 4. Judiarias
    - 4. Oficiais comunais judaicos
      - 5. Almotacés
      - 5. Escrivães
      - 5. Procuradores
      - 5. Rabis-maiores
      - 5. Rabis-menores
      - 5. Tabeliães
      - 5. Vereadores
- 2. Administração local
  - 3. Concelhos
    - 4. Finanças locais
      - 5. Despesas fiscais
      - 5. Receitas fiscais
    - 4. Justiça concelhia
    - 4. Oficiais concelhios
      - 5. Alcaides pequenos
      - 5. Almotacés
      - 5. Alvazis
      - 5. Carcereiros
      - 5. Contadores
      - 5. Escrivães da câmara
      - 5. Juizes dos órfãos
      - 5. Mordomos
      - 5. Porteiros
      - 5. Procuradores
      - 5. Recebedores
      - 5. Rendeiros
      - 5. Sesmeiros
      - 5. Tesoureiros
      - 5. Vereadores
    - 4. Regime municipal
  - 3. Senhorios
    - 4. Oficiais senhoriais
      - 5. Chegadores

- 5. Juízes
- 5. Meirinhos
- 5. Mempastores
- 5. Mordomos
- 5. Ouvidores
- 5. Porteiros
- 5. Recebedores
- 5. Sacadores
- 5. Saiões

## 2. Administração muçulmana

### 3. Comunas muçulmanas

#### 4. Mourarias

#### 4. Oficiais comunais muçulmanos

- 5. Alcaides
- 5. Almoedães
- 5. Escrivães
- 5. Juiz dos direitos reais
- 5. Procuradores
- 5. Tabeliães
- 5. Vereadores

## 2. Cortes

### 3. Capítulos de cortes

#### 4. Agravos

#### 4. Petições

### 3. Representatividade nas cortes

## 2. Divisões administrativas civis

### 3. Almojarifados

### 3. Comarcas

### 3. Julgados

### 3. Terras

1. ÁREAS DA HISTÓRIA

- 2. Crítica histórica
- 2. Cronologia histórica
- 2. Estudos biográficos
- 2. Geografia histórica
- 2. História cultural e das mentalidades
- 2. História económica e fiscal
- 2. História institucional e política
- 2. História militar
- 2. História religiosa
- 2. História rural
- 2. História social
- 2. História urbana
- 2. Historiografia

1. CIÊNCIAS E TÉCNICAS HISTORIOGRÁFICAS

- 2. Codicologia
- 2. Diplomática
- 2. Edição de fontes e arquivística
- 2. Genealogia
- 2. Heráldica
- 2. Numismática
- 2. Paleografia
- 2. Sigilografia

## 1. COROA

- 2. Ação régia
  - 3. Confirmações
  - 3. Inquirições
- 2. Direitos reais
  - 3. Anúduva
  - 3. Apelido
  - 3. Colheita
  - 3. Cunhagem de moeda
  - 3. Fossadeira
  - 3. Hoste
  - 3. Jugada
  - 3. Monetágio
  - 3. Pedido
  - 3. Relego
  - 3. Sisas gerais
  - 3. Tributação judaica
    - 4. Algiza
    - 4. Arrabiado
    - 4. Capitação sobre os judeus
    - 4. Genesim
    - 4. Judenga
  - 3. Tributação muçulmana
    - 4. Alfitra
    - 4. Azaqui
    - 4. Capitação sobre os muçulmanos
    - 4. Gizya
  - 3. Voz e coima
- 2. Itinerários régios
- 2. Poderes reais
  - 3. Administração régia
  - 3. Chefia militar
  - 3. Graça régia
  - 3. Justiça régia
  - 3. Legislação régia
- 2. Relações diplomáticas
  - 3. Alianças
  - 3. Assembleias internacionais
  - 3. Embaixadas
  - 3. Tratados

## 1. CRONOLOGIA

2. 1128
  3. Batalha de São Mamede, 1128
2. 1131
  3. Fundação do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 1131
2. 1135
  3. Construção do castelo de Leiria, 1135
2. 1136
  3. Foral de Miranda do Corvo, 1136
2. 1137
  3. Foral de Penela, 1137
  3. Tratado de Tui (Espanha), 1137
2. 1139
  3. Aclamação de D. Afonso Henriques, 1139
  3. Batalha de Ourique, 1139
2. 1141
  3. Recontro de Valdevez, 1141
2. 1142
  3. Foral de Leiria, 1142
2. 1143
  3. Carta Claves Regni Coelorum, 1143
  3. Tratado de Zamora (Espanha), 1143
2. 1144
  3. Bula Devotionem Tuam, 1144
2. 1146
  3. Casamento régio, 1146
2. 1147
  3. Conquista de Lisboa, 1147
  3. Conquista de Santarém, 1147
  3. Restauração da diocese de Lamego, 1147
  3. Restauração da diocese de Lisboa, 1147
  3. Restauração da diocese de Viseu, 1147
2. 1152
  3. Fundação do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1152
2. 1154
  3. Foral de Sintra, 1154
2. 1158
  3. Foral de Ferreira do Zêzere, 1158
  3. Foral de Redinha, 1158
2. 1160

- 3. Conquista de Alcácer do Sal, 1160
- 3. Construção do castelo de Tomar, 1160
- 2. 1162
  - 3. Foral de Tomar, 1162
- 2. 1165
  - 3. Conquista de Évora, 1165
- 2. 1166
  - 3. Conquista de Juromenha, 1166
  - 3. Conquista de Moura, 1166
  - 3. Conquista de Serpa, 1166
  - 3. Construção do castelo de Coruche, 1166
  - 3. Foral de Évora, 1166
- 2. 1169
  - 3. Cúria régia, 1169
  - 3. Desastre de Badajoz (Espanha), 1169
- 2. 1170
  - 3. Construção do castelo do Almourol, 1170
- 2. 1172
  - 3. Conquista de Beja, 1172
- 2. 1174
  - 3. Casamento régio, 1174
- 2. 1175
  - 3. Criação da Ordem Militar de Évora, 1175
- 2. 1179
  - 3. Bula Manifestis Probatum, 1179
  - 3. Foral de Abrantes, 1179
  - 3. Foral de Coimbra, 1179
  - 3. Foral de Lisboa, 1179
  - 3. Foral de Santarém, 1179
- 2. 1180
  - 3. Recontro de Arganal (Espanha), 1180
- 2. 1182
  - 3. Foral de Coruche, 1182
- 2. 1184
  - 3. Cerco almóada a Santarém, 1184
- 2. 1185
  - 3. Foral de Palmela, 1185
- 2. 1189
  - 3. Conquista do castelo de Alvor, 1189
- 2. 1198

- 3. Batalha de Ervas Tenras, 1198
- 2. 1208
  - 3. Casamento régio, 1208
- 2. 1211
  - 3. Cortes de Coimbra, 1211
  - 3. Leis gerais, 1211
- 2. 1219
  - 3. Tratado de Boronal (Espanha), 1219
- 2. 1220
  - 3. Inquirições gerais, 1220
- 2. 1223
  - 3. Foral de Barqueiros, 1223
  - 3. Foral de Panóias, 1223
  - 3. Foral de Sanguinhedo, 1223
- 2. 1229
  - 3. Cúria régia, 1229
  - 3. Foral de Castelo Mendo, 1229
  - 3. Foral de Idanha-a-Velha, 1229
  - 3. Foral de Salvaterra do Extremo, 1229
  - 3. Foral de Sortelha, 1229
- 2. 1232
  - 3. Conquista definitiva de Beja, 1232
  - 3. Conquista definitiva de Moura, 1232
  - 3. Conquista definitiva de Serpa, 1232
- 2. 1234
  - 3. Bula papal de cruzada, 1234
  - 3. Conquista de Aljustrel, 1234
- 2. 1238
  - 3. Bula Si Quantum Horribile Sit, 1238
  - 3. Conquista de Alfagar de Pena, 1238
  - 3. Conquista de Mértola, 1238
- 2. 1239
  - 3. Conquista de Cacela, 1239
- 2. 1240
  - 3. Conquista de Alvor, 1240
- 2. 1241
  - 3. Bula de cruzada, 1241
- 2. 1245
  - 3. Bula Grandi non Immerito, 1245
  - 3. Bula linter alia Desiderabilia, 1245

- 2. 1249
  - 3. Conquista de Albufeira, 1249
  - 3. Conquista de Faro, 1249
  - 3. Conquista de Porches, 1249
  - 3. Conquista de Silves, 1249
- 2. 1250
  - 3. Cortes de Guimarães, 1250
  - 3. Foral de Mirandela, 1250
  - 3. Foral de Torres Vedras, 1250
- 2. 1253
  - 3. Foral de Rio Livre, 1253
  - 3. Foral de Vinhais, 1253
  - 3. Lei da Almotacaria, 1253
- 2. 1254
  - 3. Cortes de Leiria, 1254
  - 3. Foral de Beja, 1254
- 2. 1255
  - 3. Foral de Vila Nova de Gaia, 1255
- 2. 1256
  - 3. Foral de Odemira, 1256
  - 3. Foral de Penha Garcia, 1256
- 2. 1257
  - 3. Foral de Monforte, 1257
- 2. 1258
  - 3. Casamento régio, 1258
  - 3. Foral de Aguiar da Beira, 1258
  - 3. Foral de Estremoz, 1258
  - 3. Foral de Monção, 1258
  - 3. Foral de Santo Estevão de Chaves, 1258
  - 3. Foral de Viana do Castelo, 1258
  - 3. Inquirições gerais, 1258
  - 3. Regimento da Casa Real, 1258
- 2. 1259
  - 3. Fundação do Convento de Santa Clara de Santarém, 1259
- 2. 1260
  - 3. Foral do Prado, 1260
- 2. 1261
  - 3. Construção das muralhas de Estremoz, 1261
  - 3. Cortes de Coimbra, 1261
  - 3. Criação do cargo de meirinho-mor do Reino, 1261

- 3. Criação do Conselho Régio, 1261
  - 3. Foral do Castelo de Marachique, 1261
- 2. 1262
  - 3. Foral de Valença, 1262
- 2. 1266
  - 3. Foral de Faro, 1266
  - 3. Foral de Loulé, 1266
  - 3. Foral de Silves, 1266
  - 3. Foral de Tavira, 1266
- 2. 1267
  - 3. Tratado de Badajoz (Espanha), 1267
- 2. 1268
  - 3. Foral de Murça, 1268
  - 3. Foral de Noura, 1268
  - 3. Foral de Pena da Rainha, 1268
- 2. 1269
  - 3. Foral aos mouros forros de Silves, Tavira, Faro e Loulé, 1269
  - 3. Foral de Aguiar, 1269
  - 3. Foral de Alijó, 1269
- 2. 1270
  - 3. Foral de Cidadelhe, 1270
  - 3. Foral de Favaios, 1270
  - 3. Foral de Vila Viçosa, 1270
- 2. 1271
  - 3. Foral de Évora Monte, 1271
  - 3. Fundação da vila de Castro Marim, 1271
- 2. 1272
  - 3. Foral de Mogadouro, 1272
  - 3. Foral de Penarroias, 1272
  - 3. Foral de Vila Real de Trás-os-Montes, 1272
- 2. 1273
  - 3. Bula Scire Debes, 1273
  - 3. Cortes de Santarém, 1273
  - 3. Foral de Castro Rei, 1273
  - 3. Foral de Freixo de Espada à Cinta, 1273
  - 3. Foral de Monforte de Rio Livre, 1273
  - 3. Foral de Montalegre, 1273
- 2. 1275
  - 3. Bula De Regno Portugallie, 1275
- 2. 1276

- 3. Foral de Monsaraz, 1276
- 2. 1277
  - 3. Foral de Castro Marim, 1277
- 2. 1279
  - 3. Foral de Alcáçovas, 1279
- 2. 1280
  - 3. Foral de Aljezur, 1280
- 2. 1282
  - 3. Casamento régio, 1282
  - 3. Cortes de Évora, 1282
  - 3. Foral de Oriola, 1282
  - 3. Foral de Paredes, 1282
- 2. 1283
  - 3. Foral de Cacela, 1283
- 2. 1284
  - 3. Foral de Caminha, 1284
  - 3. Foral de Nozelos, 1284
  - 3. Foral de Póvoa da Veiga, 1284
  - 3. Foral de Sanceriz, 1284
  - 3. Inquirições gerais, 1284
- 2. 1285
  - 3. Cortes de Lisboa, 1285
  - 3. Foral de Almodôvar, 1285
  - 3. Foral de Rebordãos, 1285
  - 3. Foral de Torre de Moncorvo, 1285
  - 3. Foral de Valverde, 1285
  - 3. Foral de Vila de Rei, 1285
  - 3. Lei da taxaço dos tabeliães, 1285
- 2. 1286
  - 3. Construção do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, 1286
  - 3. Foral de Lagoaça, 1286
  - 3. Foral de Miranda do Douro, 1286
  - 3. Foral de Porches, 1286
  - 3. Foral de Valbom, 1286
  - 3. Foral de Vila Flor, 1286
  - 3. Foral de Vila Franca, 1286
  - 3. Fundação do Convento de São Domingos de Évora, 1286
- 2. 1287
  - 3. Foral de Torre de D. Chama, 1287
  - 3. Foral de Vale de Prados, 1287

- 3. Foral de Vilarinho da Castanheira, 1287
- 2. 1288
  - 3. Cortes de Guimarães, 1288
  - 3. Foral de Arcozelo, 1288
  - 3. Foral de Ervedosa, 1288
  - 3. Foral de Pinelo, 1288
  - 3. Foral de Santulhão, 1288
  - 3. Inquirições gerais, 1288
- 2. 1289
  - 3. Cortes de Lisboa, 1289
  - 3. Foral de Castanheira, 1289
  - 3. Foral de Frieira, 1289
  - 3. Foral de Gostei, 1289
  - 3. Foral de Vale de Telhas, 1289
  - 3. Fundação do Mosteiro de Almoester, 1289
- 2. 1290
  - 3. Foral de Ourique, 1290
  - 3. Foral de Outeiro de Muías, 1290
  - 3. Fundação do Estudo Geral, 1290
- 2. 1291
  - 3. Cortes de Coimbra, 1291
- 2. 1292
  - 3. Foral de Póvoa do Lanhoso, 1292
- 2. 1293
  - 3. Criação da Bolsa de Mercadores, 1293
- 2. 1294
  - 3. Foral de Alfândega da Fé, 1294
  - 3. Fundação do Mosteiro de Santa Clara de Lisboa, 1294
- 2. 1295
  - 3. Foral de Moura, 1295
  - 3. Foral de Noudar, 1295
  - 3. Foral de Salvaterra de Magos, 1295
  - 3. Foral de Serpa, 1295
  - 3. Fundação do Mosteiro de Odivelas, 1295
- 2. 1296
  - 3. Adoção da língua vulgar, 1296
  - 3. Foral de Almeida, 1296
  - 3. Foral de Castelo Bom, 1296
  - 3. Foral de Castelo Rodrigo, 1296
  - 3. Foral de Mourão, 1296

- 3. Foral de Vila do Conde, 1296
- 3. Foral de Vila Maior, 1296
- 3. Foral do Sabugal, 1296
- 2. 1297
  - 3. Casamento régio, 1297
  - 3. Foral de Alfaiates, 1297
  - 3. Foral de Quarteira, 1297
  - 3. Tratado de Alcañises (Espanha), 1297
- 2. 1298
  - 3. Criação do condado de Barcelos, 1298
  - 3. Foral de Castelo Melhor, 1298
  - 3. Foral de Olivença, 1298
  - 3. Foral de Ouguela, 1298
- 2. 1299
  - 3. Foral de Alegrete, 1299
  - 3. Foral de Cabeça do Conde, 1299
  - 3. Foral de Vale de Nogueira, 1299
  - 3. Foral de Vila Nova de Foz Côa, 1299
- 2. 1300
  - 3. Criação dos corpos de Besteiros do Conto, 1300
- 2. 1301
  - 3. Cortes de Lisboa, 1301
  - 3. Foral de Vila Boa de Montenegro, 1301
  - 3. Inquirições gerais, 1301
- 2. 1302
  - 3. Foral de Borba, 1302
  - 3. Foral de Sezulfe, 1302
- 2. 1303
  - 3. Cortes de Coimbra, 1303
  - 3. Foral de Pombares, 1303
  - 3. Inquirições gerais, 1303
- 2. 1304
  - 3. Foral de Alcoutim, 1304
  - 3. Foral de Alfarela de Jales, 1304
  - 3. Foral de Arufe, 1304
  - 3. Foral de Lavre, 1304
  - 3. Foral de Mafra, 1304
  - 3. Foral de Muge, 1304
  - 3. Foral de Muía, 1304
  - 3. Foral de Vidoedo, 1304

- 2. 1305
  - 3. Foral de Alenquer, 1305
  - 3. Foral de Castro Vicente, 1305
  - 3. Foral de Porto de Mós, 1305
  - 3. Regimento dos Tabeliães, 1305
- 2. 1307
  - 3. Inquirições gerais, 1307-1311
- 2. 1308
  - 3. Foral de Canedo, 1308
  - 3. Foral de Póvoa do Varzim, 1308
- 2. 1310
  - 3. Foral de Gralhas, 1310
  - 3. Foral de Paço, 1310
- 2. 1317
  - 3. Foral de Valadares, 1317
- 2. 1318
  - 3. Foral de Redondo, 1318
- 2. 1321
  - 3. Bula de criação da Ordem de Cristo, 1321
  - 3. Foral de Vila Nova de Cerveira, 1321
- 2. 1323
  - 3. Cortes de Lisboa, 1323
- 2. 1326
  - 3. Lei da Vindicta Privada, 1326
- 2. 1331
  - 3. Cortes de Santarém, 1331
- 2. 1340
  - 3. Batalha do Salado (Espanha), 1340
  - 3. Casamento régio, 1340
  - 3. Cortes de Santarém, 1340
  - 3. Pragmática de 1340
- 2. 1341
  - 3. Bula de cruzada, 1341
- 2. 1343
  - 3. Inquirições no Entre Douro e Minho, 1343
- 2. 1348
  - 3. Inquirições no Porto, 1348
  - 3. Peste Negra, 1348
- 2. 1352
  - 3. Cortes de Lisboa, 1352

- 3. Cortes de Santarém, 1352
- 2. 1353
  - 3. Casamento régio, 1353
- 2. 1358
  - 3. Cortes de Santarém, 1358
- 2. 1361
  - 3. Beneplácito régio, 1361
  - 3. Cortes de Elvas, 1361
- 2. 1367
  - 3. Pacto de Alcanhões, 1367
  - 3. Pacto de Tentúgal, 1367
- 2. 1369
  - 3. Cortes de Coimbra, 1369
  - 3. Guerra entre Portugal e Castela, 1369-1371
- 2. 1371
  - 3. Cortes de Lisboa, 1371
- 2. 1372
  - 3. Casamento régio, 1372
  - 3. Cortes de Leiria, 1372
  - 3. Cortes do Porto, 1372
  - 3. Guerra entre Portugal e Castela, 1372-1373
  - 3. Tratado de Tagilde, 1372
- 2. 1373
  - 3. Tratado de Westminster (Reino Unido), 1373
- 2. 1374
  - 3. Cortes de Évora, 1374
- 2. 1375
  - 3. Lei das Sesmarias, 1375
- 2. 1376
  - 3. Cortes de Leiria, 1376
- 2. 1377
  - 3. Foral da Portagem de Lisboa, 1377
  - 3. Transferência do Estudo Geral, 1377
- 2. 1378
  - 3. Cortes de Coimbra, 1378
  - 3. Instituição do arquivo régio, 1378
- 2. 1380
  - 3. Constituição da Companhia das Naus, 1380
- 2. 1381
  - 3. Guerra entre Portugal e Castela, 1381-1382

- 2. 1382
  - 3. Paz de Elas, 1382
- 2. 1383
  - 3. Tratado de Salvaterra de Magos, 1383
- 2. 1384
  - 3. Batalha de Atoleiros, 1384
- 2. 1385
  - 3. Batalha de Aljubarrota, 1385
  - 3. Batalha de Trancoso, 1385
  - 3. Batalha de Valverde (Espanha), 1385
  - 3. Cortes de Coimbra, 1385
- 2. 1386
  - 3. Tratado de Windsor (Reino Unido), 1386
- 2. 1387
  - 3. Casamento régio, 1387
  - 3. Cortes de Braga, 1387
  - 3. Cortes do Porto, 1387
- 2. 1388
  - 3. Construção do Mosteiro da Batalha, 1388
- 2. 1389
  - 3. Cortes de Lisboa, 1389
- 2. 1390
  - 3. Cortes de Coimbra, 1390
  - 3. Cortes de Évora, 1390
- 2. 1391
  - 3. Cortes de Viseu, 1391
  - 3. Pragmática de 1391
- 2. 1393
  - 3. Criação do arcebispado de Lisboa, 1393
- 2. 1394
  - 3. Cortes de Coimbra, 1394
- 2. 1396
  - 3. Cortes de Santarém, 1396
- 2. 1397
  - 3. Cortes de Coimbra, 1397
- 2. 1398
  - 3. Cortes de Coimbra, 1398
  - 3. Cortes do Porto, 1398
- 2. 1399
  - 3. Cortes de Lisboa, 1399

2. 1400
  3. Cortes de Coimbra, 1400
2. 1401
  3. Cortes de Guimarães, 1401
2. 1402
  3. Acordo de Tréguas de Segóvia (Espanha), 1402
  3. Cortes de Montemor-o-Novo, 1402
  3. Cortes de Santarém, 1402
2. 1404
  3. Cortes de Lisboa, 1404
2. 1406
  3. Cortes de Santarém, 1406
2. 1408
  3. Cortes de Évora, 1408
2. 1410
  3. Cortes de Lisboa, 1410
2. 1411
  3. Tratado de paz de Ayllón-Segóvia (Espanha), 1411
2. 1412
  3. Cortes de Lisboa, 1412
2. 1413
  3. Cortes de Lisboa, 1413
2. 1416
  3. Cortes de Lisboa, 1416
2. 1418
  3. Cortes de Santarém, 1418
2. 1422
  3. Implementação da Era de Cristo, 1422
2. 1427
  3. Cortes de Lisboa, 1427
2. 1428
  3. Casamento régio, 1428
2. 1430
  3. Cortes de Santarém, 1430
2. 1431
  3. Tratado de Medina del Campo (Espanha), 1431
2. 1433
  3. Cortes de Leiria-Santarém, 1433
2. 1434
  3. Bula Sincere Devotionis, 1434

- 3. Promulgação da Lei Mental, 1434
- 2. 1436
  - 3. Cortes de Évora, 1436
- 2. 1438
  - 3. Cortes de Leiria, 1438
  - 3. Cortes de Torres Novas, 1438
  - 3. Regimento do Reino, 1438
- 2. 1441
  - 3. Cortes de Torres Vedras, 1441
- 2. 1442
  - 3. Cortes de Évora, 1442
- 2. 1444
  - 3. Cortes de Évora, 1444
- 2. 1446
  - 3. Cortes de Lisboa, 1446
- 2. 1447
  - 3. Casamento régio, 1447
  - 3. Cortes de Évora, 1447
- 2. 1448
  - 3. Cortes de Lisboa, 1448
- 2. 1449
  - 3. Batalha de Alfarrobeira, 1449
- 2. 1451
  - 3. Cortes de Santarém, 1451
- 2. 1455
  - 3. Bula Romanus Pontifex, 1455
  - 3. Cortes de Lisboa, 1455
- 2. 1456
  - 3. Cortes de Lisboa, 1456
- 2. 1458
  - 3. Fundação do Convento de Santa Clara de Évora, 1458
- 2. 1459
  - 3. Cortes de Lisboa, 1459
  - 3. Fundação do Convento de Nossa Senhora da Conceição de Beja, 1459
- 2. 1460
  - 3. Cortes de Lisboa-Évora, 1460
- 2. 1461
  - 3. Bula Dum Tua, 1461
- 2. 1465
  - 3. Cortes da Guarda, 1465

- 2. 1468
  - 3. Cortes de Santarém, 1468
- 2. 1471
  - 3. Cortes de Lisboa, 1471
- 2. 1472
  - 3. Cortes de Coimbra-Évora, 1472-1473
- 2. 1473
  - 3. Casamento régio, 1473
  - 3. Cortes de Lisboa, 1473
- 2. 1475
  - 3. Cortes de Évora, 1475
- 2. 1476
  - 3. Batalha de Toro (Espanha), 1476
- 2. 1477
  - 3. Cortes de Montemor-o-Novo, 1477
  - 3. Cortes de Santarém-Lisboa, 1477
- 2. 1478
  - 3. Cortes de Lisboa, 1478
- 2. 1479
  - 3. Batalha de Mérida (Espanha), 1479
  - 3. Tratado de Alcáçovas-Toledo (Espanha), 1479
- 2. 1481
  - 3. Cortes de Évora-Viana, 1481
- 2. 1482
  - 3. Cortes de Santarém, 1482
- 2. 1484
  - 3. Fundação do Hospital das Caldas da Rainha, 1484
- 2. 1487
  - 3. Abolição do Beneplácito Régio, 1487
- 2. 1489
  - 3. Primeiro livro impresso em Portugal, 1489
- 2. 1490
  - 3. Cortes de Évora, 1490
- 2. 1492
  - 3. Fundação do Hospital de Todos-os-Santos, 1492
- 2. 1495
  - 3. Restabelecimento parcial do Beneplácito Régio, 1495
- 2. Séculos
  - 3. Séc. 11-12
  - 3. Séc. 12

- 3. Séc. 12-13
- 3. Séc. 12-14
- 3. Séc. 12-15
- 3. Séc. 13
- 3. Séc. 13-14
- 3. Séc. 13-15
- 3. Séc. 14
- 3. Séc. 14-15
- 3. Séc. 15
- 3. Séc. 15-16

# 1. CULTURA

## 2. Centros culturais

3. Cortes régias

3. Cortes senhoriais

3. Instituições eclesiásticas

4. Mosteiros

5. Mosteiro de Alcobaça

5. Mosteiro de Lorvão

5. Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

5. Mosteiro de Santo Tirso

4. Sés

5. Sé da Guarda

5. Sé de Braga

5. Sé de Coimbra

5. Sé de Évora

5. Sé de Lamego

5. Sé de Lisboa

5. Sé de Silves

5. Sé de Viseu

5. Sé do Porto

## 2. Cultura escrita

3. Bibliotecas

4. Bibliotecas eclesiásticas

5. Bibliotecas catedralícias

6. Biblioteca da Sé de Braga

6. Biblioteca da Sé de Coimbra

6. Biblioteca da Sé de Lisboa

6. Biblioteca da Sé de Viseu

5. Bibliotecas monásticas

6. Biblioteca do Mosteiro de Alcobaça

6. Biblioteca do Mosteiro de Lorvão

6. Biblioteca do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

4. Bibliotecas régias

5. Biblioteca Real da Ajuda

4. Bibliotecas senhoriais

5. Biblioteca do Condestável D. Pedro

5. Biblioteca do Infante D. Fernando

3. Leitura

3. Livros

4. Produção de livros

- 4. Tradução de livros
- 2. Cultura oral
  - 3. Jograis
- 2. Direito
  - 3. Produção legislativa
    - 4. Produção legislativa concelhia
      - 5. Costumes
      - 5. Posturas
    - 4. Produção legislativa régia
      - 5. Código Visigótico
      - 5. Lei Mental
      - 5. Livro das Leis e das Posturas
      - 5. Ordenações Afonsinas
      - 5. Ordenações de D. Duarte
      - 5. Regimentos
  - 3. Tipos de direito
    - 4. Direito canónico
    - 4. Direito consuetudinário
    - 4. Direito romano
- 2. Ensino
  - 3. Áreas de estudo
    - 4. Quadrivium
      - 5. Aritmética
      - 5. Astronomia
      - 5. Geometria
      - 5. Música
    - 4. Trivium
      - 5. Dialética
      - 5. Gramática
      - 5. Retórica
  - 3. Escolas
    - 4. Escolas catedralícias
    - 4. Escolas de colegiada
      - 5. Colegiada de Guimarães
    - 4. Escolas monásticas
      - 5. Escola monástica do Mosteiro de Alcobaça
      - 5. Escola monástica do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra
    - 4. Escolas paroquiais
  - 3. Estudo Geral
  - 3. Métodos de ensino

## 2. Língua e escrita

### 3. Língua escrita

#### 4. Centros produtores de escrita

##### 5. Chancelarias

###### 6. Chancelarias eclesiásticas

###### 7. Chancelarias episcopais

###### 7. Chancelarias monásticas

###### 6. Chancelarias municipais

###### 6. Chancelarias régias

###### 6. Chancelarias senhoriais

##### 5. Scriptoria

###### 6. Scriptorios

###### 6. Scriptoria catedralícios

###### 6. Scriptoria monásticos

#### 4. Tipos de escrita

##### 5. Escrita carolina

##### 5. Escrita gótica

##### 5. Escrita visigótica

### 3. Língua falada

### 3. Línguas

#### 4. Língua galaico-portuguesa

#### 4. Língua portuguesa

#### 4. Línguas estrangeiras

##### 5. Língua árabe

##### 5. Língua latina

## 2. Mentalidades

### 3. Atitudes e comportamentos

#### 4. Adivinhação

#### 4. Atitudes perante a morte

#### 4. Atitudes perante a vida

#### 4. Bruxaria

#### 4. Espaço

#### 4. Feitiçaria

#### 4. Gestualidade

#### 4. Magia

#### 4. Memória

#### 4. Misticismo e sobrenatural

#### 4. Morte

#### 4. Santidade

#### 4. Simbolismo

- 4. Sonhos
- 4. Sono
- 4. Superstições
- 4. Tempo
  - 5. Tempo litúrgico
  - 5. Tempo profano
- 3. Conhecimento
  - 4. Teorias do conhecimento
  - 4. Tipos de conhecimento
    - 5. Conhecimento científico
    - 5. Conhecimento empírico
- 3. Modelos mentais
  - 4. Mentalidade clerical
  - 4. Mentalidade popular
  - 4. Mentalidade senhorial
    - 5. Espírito de cruzada
    - 5. Mentalidade cavaleiresca
    - 5. Mentalidade feudal
- 2. Práticas culturais
  - 3. Ideologias culturais
  - 3. Valores culturais
- 2. Tipos de cultura
  - 3. Cultura clerical
    - 4. Cronística clerical
      - 5. Annales Portucalenses Veteres
      - 5. Chronicon Alcobacense
      - 5. Chronicon Laurbanense
      - 5. Crónica da Conquista do Algarve
      - 5. Crónica da Tomada de Lisboa aos Mouros e da Fundação do Mosteiro de S. Vicente
      - 5. Crónicas Breves de Santa Cruz
    - 4. Cultura beneditina
    - 4. Cultura cisterciense
    - 4. Escolástica
    - 4. Literatura religiosa
      - 5. Corte Imperial
      - 5. Hagiografias
        - 6. Hagiografias de Santa Cruz de Coimbra
          - 7. Vida de D. Telo
          - 7. Vida de D. Teotónio

- 7. Vida de Martinho de Soure
  - 6. Livro que Fala da Boa Vida que Fez a Rainha de Portugal D. Isabel
- 5. Horto do Esposo
  - 5. Livros de horas
    - 6. Livro de Horas da Rainha D. Leonor
    - 6. Livro de Horas de D. Duarte
  - 5. Livros de milagres
    - 6. Livro de Milagres de Nossa Senhora da Oliveira
    - 6. Livro dos Milagres de S. Tiago de Compostela
    - 6. Livro dos Milagres de S. Veríssimo
    - 6. Livro dos Milagres de S. Vicente
    - 6. Livro dos Milagres do Bom Jesus de S. Domingos de Lisboa
    - 6. Livro dos Milagres do Santo Condestável
    - 6. Livro dos Milagres dos Mártires de Marrocos
- 4. Patrística
- 3. Cultura judaica
- 3. Cultura muçulmana
- 3. Cultura popular
  - 4. Literatura popular
    - 5. Contos
    - 5. Lendas
    - 5. Provérbios
- 3. Cultura senhorial
  - 4. Cronística
    - 5. Cronistas
      - 6. 1380?-1460, Lopes, Fernão
      - 6. 1410-1474?, Zurara, Gomes Eanes de
      - 6. 1440?-1522?, Pina, Rui de
    - 5. Cronística régia
      - 6. Crónica Breve do Arquivo Nacional
      - 6. Crónica da Tomada de Ceuta
      - 6. Crónica de D. Fernando
      - 6. Crónica de D. João I
      - 6. Crónica de D. João II
      - 6. Crónica de D. Pedro
      - 6. Crónica de Portugal de 1419
      - 6. Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné
      - 6. Crónica dos Feitos da Guiné
      - 6. Crónica Geral de Espanha de 1344

- 6. Crónica Geral do Reino
- 5. Cronística senhorial
  - 6. Crónica do Conde D. Pedro de Meneses
  - 6. Crónica do Conde de Vila Real
  - 6. Crónica do Conde Duarte de Meneses
  - 6. Crónica do Condestabre
  - 6. Crónica do Infante Santo D. Fernando
- 4. Épica
  - 5. Gesta de Afonso Henriques
  - 5. Lenda de Gaia
  - 5. Lenda do Abade João
- 4. Lírica trovadoresca
  - 5. Cancioneiros
    - 6. Cancioneiro da Ajuda
    - 6. Cancioneiro da Biblioteca Nacional
    - 6. Cancioneiro da Vaticana
  - 5. Géneros poéticos
    - 6. Cantigas de amigo
    - 6. Cantigas de amor
    - 6. Cantigas de escárnio e de maldizer
  - 5. Trovadores
- 4. Literatura doutrinária
  - 5. Leal Conselheiro
  - 5. Virtuosa Benfeitoria
- 4. Literatura heráldica
  - 5. Livro dos Arautos
- 4. Livros de linhagens
  - 5. Livro de Linhagens do Conde D. Pedro
  - 5. Livro de Linhagens do Deão
  - 5. Livro Velho de Linhagens
- 4. Romances de cavalaria
  - 5. Amadis de Gaula
  - 5. Matéria da Bretanha
    - 6. Demanda do Santo Graal
    - 6. Lancelote em prosa
    - 6. Livro de José de Arimateia
    - 6. Livro do Tristão
    - 6. Merlim
- 4. Tratados de caça e montaria
  - 5. Livro da Montaria de D. João I

- 5. Livro de Alveitaria de Mestre Giraldo
- 5. Livro de Cetraria
- 5. Livro de Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela
- 5. Livro de Falcoaria de João Martins Perdigão
- 5. Livro de Falcoaria de Pero Menino

# 1. ECONOMIA

## 2. Atividades económicas

### 3. Agricultura

#### 4. Armazenagem de produtos agrícolas

5. Adegas

5. Celeiros

5. Eiras

5. Palheiros

#### 4. Culturas agrícolas

5. Arboricultura

5. Cana sacarina

5. Cerealicultura

6. Aveia

6. Centeio

6. Cevada

6. Milho

7. Milho alvo

7. Milho painço

6. Trigo

7. Trigo galego

7. Trigo mourisco

7. Trigo tremês

5. Fruticultura

5. Leguminosas

5. Linho

5. Vitivinicultura

#### 4. Técnicas agrícolas

5. Alfaias agrícolas

5. Fertilizantes

5. Sistemas de culturas

6. Monocultura

6. Policultura

6. Rotação bienal

6. Rotação trienal

#### 4. Unidades de transformação de produtos agrícolas

5. Azenhas

5. Fornos

6. Fornos de pão

5. Lagares

6. Lagares de azeite

- 6. Lagares de vinho
- 5. Moinhos
- 3. Comércio
  - 4. Circulação de produtos
  - 4. Consumo
  - 4. Exportações
    - 5. Exportação de matérias-primas
    - 5. Exportação de produtos alimentares
  - 4. Importações
    - 5. Importação de matérias-primas
    - 5. Importação de produtos manufaturados
  - 4. Impostos comerciais
    - 5. Dízima
    - 5. Sisas
  - 4. Locais de comércio
    - 5. Açougues
    - 5. Fangas
    - 5. Feiras
      - 6. Feiras francas
    - 5. Feitorias
    - 5. Lojas
    - 5. Mercados
    - 5. Tendas
  - 4. Privilégios comerciais
    - 5. Bolsa dos Mercadores
    - 5. Cartas de feira
    - 5. Cartas de privilégios comerciais
    - 5. Companhia das Naus
  - 4. Técnicas comerciais
  - 4. Tipos de comércio
    - 5. Comércio de mercado
    - 5. Comércio de subsistência
    - 5. Comércio externo
    - 5. Comércio ilegal
      - 6. Contrabando
    - 5. Comércio interno
    - 5. Comércio marítimo
    - 5. Comércio terrestre
- 3. Criação de animais
  - 4. Criação de animais de capoeira

- 4. Criação de gado
  - 5. Gado bovino
  - 5. Gado caprino
  - 5. Gado cavalari
  - 5. Gado mular
  - 5. Gado ovino
  - 5. Gado porcino
- 3. Exploração florestal
  - 4. Apicultura
    - 5. Recolha de mel e cera
  - 4. Caça de subsistência
  - 4. Exploração de árvores
    - 5. Recolha de madeira
  - 4. Recolha de junco
  - 4. Recolha de lenha
  - 4. Recolha de mato
- 3. Pesca
  - 4. Exploração de coral
  - 4. Indústria de conservação de peixe
  - 4. Pesca fluvial
  - 4. Pesca marítima
  - 4. Produção de garum
  - 4. Técnicas piscatórias
    - 5. Pesca com anzóis
    - 5. Pesca com nassas
      - 6. Ramada
      - 6. Troviscada
    - 5. Pesca com redes
- 3. Produção artesanal
  - 4. Artesãos
    - 5. Artesãos ambulantes
    - 5. Artesãos fixos
      - 6. Oficinas-lojas
  - 4. Atividades artesanais
    - 5. Construção civil
    - 5. Construção naval
    - 5. Couro e peles
    - 5. Fabrico de açúcar
    - 5. Fabrico de armas
    - 5. Fabrico de biscoito

- 5. Fabrico de pão
- 5. Fabrico de têxteis
- 5. Manufatura de metais
- 5. Moagem
- 5. Olarias
- 5. Produção de azeite
- 5. Produção de vinho
- 5. Tinturarias
- 4. Técnicas artesanais
- 3. Produção mineira
  - 4. Metais
    - 5. Aço
    - 5. Alúmen
    - 5. Chumbo
    - 5. Cobre
    - 5. Estanho
    - 5. Ferro
    - 5. Ouro
    - 5. Prata
  - 3. Salinicultura
    - 4. Comércio de sal
- 2. Circulação e distribuição
  - 3. Estruturas de apoio aos viajantes
    - 4. Estalagens
    - 4. Vendas
  - 3. Meios de transporte
    - 4. Navegação
      - 5. Embarcações
        - 6. Baixéis
        - 6. Barcas
        - 6. Barcos
        - 6. Barcos saveiros
        - 6. Caravelas
        - 6. Galés
        - 6. Naus
        - 6. Naves
        - 6. Navios
        - 6. Pinaças
      - 5. Portos
    - 4. Transporte animal

- 4. Transporte humano
- 3. Vias de comunicação
  - 4. Vias fluviais
  - 4. Vias marítimas
  - 4. Vias terrestres
- 2. Moeda
  - 3. Crises monetárias
    - 4. Desvalorização monetária
    - 4. Revalorização monetária
  - 3. Cunhagem de moeda
  - 3. Empréstimos
  - 3. Letras de câmbio
  - 3. Preços
    - 4. Deflação
    - 4. Inflação
    - 4. Preços nominais
    - 4. Preços reais
  - 3. Tipos de moeda
    - 4. Moeda estrangeira
      - 5. Moeda castelhana
        - 6. Dobra
      - 5. Moeda francesa
        - 6. Agnel
        - 6. Écu
        - 6. Petit royal
      - 5. Moeda muçulmana
        - 6. Dinar almorávida
        - 6. Dinar almoáda
        - 6. Dinarin
        - 6. Meio dinarin
        - 6. Dirham
        - 6. Meio dirham
    - 4. Moeda portuguesa
      - 5. Dinheiro de bolhão
        - 6. Barbuda
        - 6. Ceitil
        - 6. Dinheiro
        - 6. Espadim
        - 6. Grave
        - 6. Meia barbuda

- 6. Meio real
- 6. Meio real cruzado
- 6. Meio real de dez soldos
- 6. Meio tornês de cruz e de busto
- 6. Pilarte
- 6. Quarto de barbuda
- 6. Quarto de real
- 6. Real
- 6. Real branco
- 6. Real preto
- 6. Tornês de busto
- 6. Tornês de cruz
- 5. Moeda de ouro
  - 6. Cruzado
  - 6. Dobra
  - 6. Dobra pé-terra
  - 6. Escudo
  - 6. Gentil
  - 6. Meia dobra
  - 6. Morabitino
- 5. Moeda de prata
  - 6. Leal
  - 6. Meio real grosso
  - 6. Meio tornês
  - 6. Meio tornês real
  - 6. Meio vintém
  - 6. Real de dez soldos
  - 6. Real de prata
  - 6. Real grosso
  - 6. Tornês
  - 6. Vintém
- 2. Património
  - 3. Bens imóveis
    - 4. Propriedade
      - 5. Formas de exploração da propriedade
        - 6. Formas diretas de exploração da propriedade
        - 6. Formas indiretas de exploração da propriedade
          - 7. Arrendamentos
          - 7. Enfiteuses
        - 8. Aforamentos

- 8. Emprazamentos em vidas
- 7. Foros
  - 8. Foros em géneros
  - 8. Foros mistos
  - 8. Foros monetários
- 5. Tipos de propriedade
  - 6. Almuinhas
  - 6. Alódios
  - 6. Casais
  - 6. Casas
  - 6. Cortinhais
  - 6. Courelas
  - 6. Granjas
  - 6. Jeiras (propriedade)
  - 6. Leiras
  - 6. Quintãs
- 3. Bens móveis
- 3. Formas de aquisição patrimonial
  - 4. Aquisição por compra
  - 4. Doações
  - 4. Heranças
  - 4. Legados
    - 5. Censos
  - 4. Testamentos
- 3. Tipos de património
  - 4. Património alodial
  - 4. Património concelhio
  - 4. Património eclesiástico
  - 4. Património régio
    - 5. Casa das Rainhas
    - 5. Casa dos Infantes
  - 4. Património senhorial
    - 5. Casas senhoriais
    - 5. Coutos
    - 5. Honras
    - 5. Reguengos
- 2. Pesos e medidas
  - 3. Medidas de capacidade
    - 4. Almude
    - 4. Alqueire

- 4. Moio
- 3. Medidas de comprimento
  - 4. Braça
  - 4. Côvado
  - 4. Dedo
  - 4. Léngua
  - 4. Mão
  - 4. Milha
  - 4. Palmo
  - 4. Passo
  - 4. Pé
  - 4. Polegada
  - 4. Vara
- 3. Medidas de superfície
  - 4. Courela
  - 4. Herdade
  - 4. Jeira (medida de superfície)
  - 4. Jugo
  - 4. Leira
  - 4. Peça
  - 4. Talho
- 3. Pesos
  - 4. Arrátel
  - 4. Libra
  - 4. Marco
  - 4. Onça
- 2. População
  - 3. Comportamentos demográficos
    - 4. Emigração
    - 4. Fertilidade
    - 4. Imigração
    - 4. Migrações internas
    - 4. Mortalidade
    - 4. Natalidade
    - 4. Nupcialidade
  - 3. População rural
  - 3. População urbana
  - 3. Povoamento
    - 4. Cartas de povoamento
    - 4. Forais

- 5. Modelos de forais
  - 6. Forais do modelo Ávila-Évora
  - 6. Forais do modelo de Coimbra de 1111
  - 6. Forais do modelo de Salamanca
  - 6. Forais do modelo de Santarém, Lisboa e Coimbra de 1179
  - 6. Forais do modelo de Zamora
- 5. Tipos de forais
  - 6. Forais particulares
  - 6. Forais régios
- 3. Variação da população
  - 4. Crescimento populacional
  - 4. Decréscimo populacional
  - 4. Densidade populacional
  - 4. Despovoamento
  - 4. Sobrepopoamento
- 2. Trabalho
  - 3. Trabalho manual
    - 4. Trabalhadores rurais
  - 3. Trabalho mecânico
    - 4. Arruamento dos mesteres
    - 4. Corporações
    - 4. Estruturação dos mesteres
      - 5. Aprendizizes
      - 5. Mestres (ofícios)
      - 5. Obreiros
      - 5. Oficiais
      - 5. Vedores
  - 4. Mesteres
    - 5. Adargueiros
    - 5. Adiceiros
    - 5. Alfagemes
    - 5. Alfaiates
    - 5. Algibes
    - 5. Alveitares
    - 5. Armeiros
    - 5. Ataqueiros
    - 5. Banheiros
    - 5. Barbeiros
    - 5. Batedores de prata
    - 5. Cabouqueiros

- 5. Caeiros
- 5. Calafates
- 5. Calçadores
- 5. Calceteiros
- 5. Caldeireiros
- 5. Cardadores
- 5. Carniceiros
- 5. Carpinteiros
- 5. Carreteiros
- 5. Cesteiros
- 5. Chocalheiros
- 5. Cirieiros
- 5. Cirurgiões
- 5. Conqueiros
- 5. Cordoeiros
- 5. Correeiros
- 5. Corretores
- 5. Curtidores
- 5. Cuteleiros
- 5. Encadernadores
- 5. Enxerqueiros
- 5. Esmaltadores
- 5. Espingardeiros
- 5. Estalajadeiros
- 5. Esteeiros
- 5. Ferradores
- 5. Ferreiros
- 5. Fiadeiras de seda
- 5. Físicos
- 5. Fretadores
- 5. Fruteiras
- 5. Gibeteiros
- 5. Hasteeiros
- 5. Hortelãos
- 5. Latoeiros
- 5. Madeireiros
- 5. Marceiros
- 5. Marceneiros
- 5. Marinheiros
- 5. Mercadores

- 5. Moedeiros
- 5. Oleiros
- 5. Ourives
- 5. Padeiros
- 5. Pedreiros
- 5. Peixeiros
- 5. Peleteiros
- 5. Penteadores de lâ
- 5. Pescadores
- 5. Picheiros
- 5. Pisoeiros
- 5. Pomareiros
- 5. Safoeiros
- 5. Sapateiros
- 5. Seleiros
- 5. Serradores
- 5. Sirgueiros
- 5. Taipadores
- 5. Tanoeiros
- 5. Tapeteiros
- 5. Tecedeiras
- 5. Tecelões
- 5. Telheiros
- 5. Tijoleiros
- 5. Tintureiros
- 5. Tosadores
- 5. Vidreiros

## 2. Tributos

### 3. Tributos concelhios

- 4. Açougagem
- 4. Alcavala
- 4. Condado
- 4. Fintas
- 4. Fossado
- 4. Sisas concelhias
- 4. Talha

### 3. Tributos eclesiásticos

- 4. Catedrático
- 4. Dízimo eclesiástico
  - 5. Dízimos pessoais

## 5. Dízimos prediais

- 4. Lutuosa
- 4. Meias vagas
- 4. Mortuária
- 4. Pano
- 4. Primícias
- 4. Sinodático
- 4. Terça episcopal
- 4. Visitação
- 4. Votos de Santiago

## 3. Tributos senhoriais

- 4. Almêitiga
- 4. Almocrevaria
- 4. Aposentadoria
- 4. Carreira
- 4. Censuria
- 4. Comedoria
- 4. Dádiva
- 4. Direitos banais
- 4. Direituras
- 4. Eirádiga
- 4. Entradas
- 4. Entroviscada
- 4. Estiva
- 4. Fanga
- 4. Fogaça
- 4. Fogueira
- 4. Foro
- 4. Gaiosa
- 4. Jantar (tributo)
- 4. Jeira (tributo)
- 4. Lagarádiga
- 4. Manaria
- 4. Maquia
- 4. Martinhádega
- 4. Montado
- 4. Ofreção
- 4. Osas
- 4. Passagem
- 4. Peita

4. Portagem

4. Terrádigo

# 1. ESTRUTURAÇÃO SOCIAL

## 2. Clero

### 3. Estruturação do clero

#### 4. Clero regular

##### 5. Dignidades eclesiásticas regulares

6. Abades

6. Abadessas

##### 5. Ordens religiosas

6. Agostinhos Calçados

6. Beneditinos

6. Carmelitas

6. Cistercienses

6. Clarissas

6. Cluniacenses

6. Cónegos do Santo Sepulcro

6. Cónegos Regrantes de Santo Agostinho

6. Cónegos Regrantes de Santo Antão

6. Dominicanas

6. Dominicanos

6. Donas de Santiago

6. Franciscanos

6. Jerónimos

6. Loios

6. Paulistas

6. Premonstratenses

6. Trinitários

#### 4. Clero secular

##### 5. Arcebispos

##### 5. Bispos

##### 5. Clero diocesano

6. Bacharéis

6. Cabido

7. Cónegos

7. Meios-cónegos

7. Porcionários

7. Priestes

6. Tercenários

##### 5. Clero paroquial

6. Capelães

6. Clérigos raçoeiros

- 6. Ecónomos
- 6. Párocos
- 6. Priores
- 6. Vigários
- 5. Dignidades eclesiásticas seculares
  - 6. Arcediagos
  - 6. Chantres
  - 6. Deões
  - 6. Mestres-escola
  - 6. Tesoureiros
- 4. Movimentos eremíticos
  - 5. Anacoretas
  - 5. Eremitas da Serra de Ossa
- 4. Movimentos religiosos radicais
  - 5. Beguinas
  - 5. Emparedadas
- 4. Ordens religiosas militares
  - 5. Ordem de Avis
  - 5. Ordem de Cristo
  - 5. Ordem de Santiago
  - 5. Ordem do Hospital
  - 5. Ordem do Templo
- 4. Papado
  - 5. Cardeais
- 3. Privilégios do clero
  - 4. Censuras eclesiásticas
    - 5. Excomunhão
    - 5. Interdito
  - 4. Direito de asilo
  - 4. Execução de testamentos
  - 4. Foro eclesiástico
  - 4. Isenção de serviço militar
  - 4. Isenção eclesiástica de impostos
- 2. Estrangeiros
- 2. Marginais
  - 3. Cativos
  - 3. Criminosos
  - 3. Escravos
  - 3. Leprosos
  - 3. Mendigos

- 3. Prostitutas
- 3. Vagabundos
- 2. Minorias étnicas e religiosas
  - 3. Ciganos
  - 3. Heréticos
  - 3. Judeus
  - 3. Moçárabes
  - 3. Muçulmanos
- 2. Nobreza
  - 3. Estruturação da nobreza
    - 4. Genealogias
    - 4. Linhagens
    - 4. Parentesco
      - 5. Estruturas agnáticas
      - 5. Estruturas cognáticas
    - 4. Trajetórias familiares
    - 4. Vassalagem
  - 3. Hierarquia da nobreza
    - 4. Alta nobreza
      - 5. Ricos-homens
    - 4. Média nobreza
      - 5. Cavaleiros
    - 4. Pequena nobreza
      - 5. Escudeiros
      - 5. Infanções
  - 3. Privilégios da nobreza
    - 4. Assentamentos
    - 4. Direitos jurisdicionais
    - 4. Foro privativo
    - 4. Isenção de impostos
    - 4. Moradias
    - 4. Quantias
    - 4. Tenças
  - 3. Regime senhorial
    - 4. Feudalismo
- 2. Povo
  - 3. Aristocracia vilã
    - 4. Cavaleiros-vilãos
    - 4. Homens-bons
  - 3. Burguesia

- 3. Comerciantes
- 3. Dependentes rurais
  - 4. Assoldadados
  - 4. Colonos
  - 4. Servos da gleba
- 3. Mesteirais
- 3. Peões

# 1. FONTES

## 2. Fontes históricas

### 3. Cartulários

### 3. Censuais

### 3. Documentação eclesiástica

#### 4. Atos abaciais

#### 4. Atos arquiépiscopais

#### 4. Atos colegiais

#### 4. Atos episcopais

#### 4. Atos pontifícios

##### 5. Atas conciliares

##### 5. Atas sinodais

##### 5. Bulas

##### 5. Breves

##### 5. Decretos

##### 5. Motus proprios

#### 6. Súplicas

#### 4. Atos priorais

#### 4. Livros de aniversários

#### 4. Livros de visitas

#### 4. Obituários

#### 4. Pastorais

### 3. Documentação judicial

#### 4. Apelações

#### 4. Citações

#### 4. Libelos

#### 4. Posturas

#### 4. Prorrogações de prazos

#### 4. Regimentos

#### 4. Sentenças

### 3. Documentação notarial

#### 4. Contratos de associação

##### 5. Parcerias

##### 5. Parcerias de imóveis

##### 5. Sociedades

#### 4. Contratos de locação

##### 5. Alugueres

##### 5. Arrendamentos

##### 5. Prazos

#### 4. Contratos de transferência de domínio

- 5. Cessões
- 5. Doações *inter vivos*
- 5. Enfiteseuses
- 5. Escambos
- 5. Pactos
- 5. Préstamos
- 5. Vendas
- 4. Contratos matrimoniais
  - 5. Arras
  - 5. Doações *propter nuptias*
- 4. Contratos reais
  - 5. Comodatos
  - 5. Depósitos
  - 5. Empréstimos
  - 5. Obrigações de venda
  - 5. Reconhecimentos de dívida
- 4. Disposições de últimas vontades
  - 5. Codicilos
  - 5. Doações *mortis causa*
  - 5. Execuções de legados
  - 5. Testamentos
- 4. Inventários
- 4. Negócios de remissão
  - 5. Composições
  - 5. Compromissos
  - 5. Consignações em pagamento
  - 5. Pagamentos
  - 5. Paz e concórdia
  - 5. Quitações de dívida
  - 5. Renúncias
  - 5. Sentenças arbitrais
- 4. Negócios relativos ao estatuto da pessoa
  - 5. Adoções
- 4. Procurações
  - 5. Procurações extrajudiciais
  - 5. Procurações processuais
- 4. Testemunhos
- 4. Tomadas de posse
- 4. Traslados
- 3. Documentação régia

- 4. Atos económicos
- 4. Atos jurídicos
- 4. Cartas régias de graça
  - 5. Cartas de apresentação
  - 5. Cartas de coutada
  - 5. Cartas de doações
  - 5. Cartas de legitimações
  - 5. Cartas de perdão
  - 5. Cartas de privilégios
  - 5. Cartas de regulamentação do direito de pousada
- 4. Livros de registo de chancelaria régia
- 3. Tombos
- 2. Fontes literárias

# 1. GEOGRAFIA

## 2. Geografia do povoamento

3. Povoações rurais

3. Povoações urbanas

## 2. Paisagem

3. Paisagem cultural

3. Paisagem natural

3. Paisagem rural

4. Campo

3. Paisagem urbana

4. Cidades

## 2. Países

3. Portugal

4. Distritos

5. Aveiro

5. Beja

5. Braga

5. Bragança

5. Castelo Branco

5. Coimbra

5. Évora

5. Faro

5. Guarda

5. Leiria

5. Lisboa

5. Portalegre

5. Porto

5. Santarém

5. Setúbal

5. Viana do Castelo

5. Vila Real

5. Viseu

4. Províncias

5. Algarve

5. Alto Alentejo

5. Baixo Alentejo

5. Beira Alta

5. Beira Baixa

5. Beira Litoral

5. Douro Litoral

- 5. Estremadura
- 5. Minho
- 5. Ribatejo
- 5. Trás-os-Montes e Alto Douro

2. Rios

- 3. Rios da Península Ibérica
- 3. Rios portugueses

# 1. GUERRA

## 2. Arte da guerra

3. Aprendizagem militar

3. Técnicas militares

3. Treino militar

## 2. Guerra naval

3. Embarcações de guerra

4. Galés

4. Naus de guerra

3. Frotas navais

4. Alcaides das galés

4. Alcaides do mar

4. Almirantes

4. Arraises

4. Capitães-mores

4. Galeotes

4. Mestres (frota naval)

4. Patrões

4. Remeiros

3. Técnicas navais

## 2. Guerra terrestre

3. Operações militares

4. Batalhas campais

4. Cercos

4. Guerrilhas

3. Organização da guerra

4. Abastecimento dos exércitos

4. Administração militar

5. Adaís

5. Alcaides

5. Alcaides-mores

5. Anadéis

5. Anadéis-mores

5. Capitães

5. Contestáveis

5. Coudéis

5. Coudéis-mores

5. Fronteiros

5. Fronteiros-mores

5. Marechais

#### 4. Alojamento dos exércitos

#### 4. Armamento

##### 5. Armas brancas

6. Arcos e flechas

6. Cutelos

6. Dardos

6. Espadas

6. Fachas

6. Fundas

6. Lanças

6. Maças

6. Machados

##### 5. Armas de fogo

6. Artilharia de pólvora

7. Canhões

6. Bestas

6. Bombardas

6. Espingardas

##### 5. Depósito de armas

6. Arsenais privados

6. Arsenais régios

#### 4. Custos da guerra

#### 4. Equipamento militar

5. Adagas

5. Aljavas

5. Arneses

5. Bacinetes

5. Brafoneiras

5. Cambais

5. Capacetes

5. Coifas

5. Cotas de malha

5. Couraças

5. Elmos

5. Escudos

5. Lorigas

#### 4. Recrutamento militar

5. Freires cavaleiros

5. Guarda do rei

5. Homiziados

- 5. Mercenários
- 5. Recrutamento militar concelhio
  - 6. Aquantiados
  - 6. Besteiros
    - 7. Besteiros de cavalo
    - 7. Besteiros do conto
- 5. Recrutamento militar da nobreza
  - 6. Cavaleiros
  - 6. Escudeiros
  - 6. Vassalos do rei
- 4. Unidades militares
  - 5. Conto dos besteiros
  - 5. Frontarias
  - 5. Vintenas
- 2. Reformas militares
- 2. Sociologia da guerra
  - 3. Crenças e devoções guerreiras
  - 3. Ética militar

# 1. PERSONALIDADES

## 2. Dignidades eclesiásticas

### 3. Arcebispos de Braga

- 4. 1138-1175, João Peculiar
- 4. 1175-1188, Godinho
- 4. 1189-1209, Martinho Pires
- 4. 1209-1212, Pedro Mendes
- 4. 1212-1228, Estevão Soares da Silva
- 4. 1229-1244, Silvestre Godinho
- 4. 1245-1255, João Egas
- 4. 1256-1271, Martinho Geraldês
- 4. 1272-1274, Pedro Julião
- 4. 1275-1278, Ordonho Álvares
- 4. 1279-1292, Telo
- 4. 1292-1313, Martinho Pires de Oliveira
- 4. 1313-1325, João Martins de Soalhães
- 4. 1326-1348, Gonçalo Pereira
- 4. 1349-1361, Guilherme de la Garde
- 4. 1361-1371, João de Cardaillac
- 4. 1371, Vasco
- 4. 1374-1397, Lourenço Vicente
- 4. 1398-1416, Martinho Afonso de Miranda
- 4. 1416-1467, Fernando da Guerra
- 4. 1468-1480, Luís Pires
- 4. 1481, João de Melo
- 4. 1482-1485, João Galvão
- 4. 1486-1501, Jorge da Costa

### 3. Arcebispos de Lisboa

- 4. 1379-1383, Martinho
- 4. 1383?-1402, João Anes
- 4. 1402-1415, João Esteves de Azambuja
- 4. 1418?-1422, Diogo Álvares de Brito
- 4. 1424-1452?, Pedro de Noronha
- 4. 1452-1453, Luís Coutinho
- 4. 1455-1459, Jaime
- 4. 1459-1464, Afonso Nogueira
- 4. 1464-1500, Jorge da Costa

### 3. Bispos de Coimbra

- 4. 1129-1146, Bernardo
- 4. 1148-1155, João de Anaia

- 4. 1158-1176, Miguel Pais Salomão
- 4. 1178-1182, Bermudo
- 4. 1183-1190, Martinho Gonçalves
- 4. 1192-1232, Pedro Soares
- 4. 1234-1248, Tibúrcio
- 4. 1247, Domingos
- 4. 1248-1267, Egas Fafes de Lanhoso
- 4. 1268-1275, Mateus
- 4. 1279-1295, Américo Ebrard
- 4. 1296-1301, Pedro Martins
- 4. 1302-1303, Fernando
- 4. 1304-1318, Estevão Anes Brochardo
- 4. 1319-1324, Raimundo Ebrad I
- 4. 1325-1333, Raimundo Ebrard II
- 4. 1334-1338, João des Prez
- 4. 1338-1357, Jorge
- 4. 1357-1358, Lourenço
- 4. 1358-1364, Pedro Gomes Barroso
- 4. 1371-1378, Pedro Tenório
- 4. 1378-1384, João Cabeça-de-Vaca
- 4. 1386-1398, Martinho Afonso de Miranda
- 4. 1398-1402, João Esteves de Azambuja
- 4. 1403-1407, João Garcia Manrique
- 4. 1408-1415, Gil Almada
- 4. 1419-1429, Fernando Coutinho
- 4. 1431-1444, Álvaro Ferreira
- 4. 1444-1452, Luís Coutinho
- 4. 1453-1460, Afonso Nogueira
- 4. 1460-1481, João Galvão
- 4. 1481-1543, Jorge de Almeida

### 3. Bispos de Évora

- 4. 1166-1180, Soeiro I
- 4. 1179, Fernando
- 4. 1180-1204, Paio
- 4. 1206-1229, Soeiro II
- 4. 1230-1237, Fernando II
- 4. 1237-1266, Martinho Pires
- 4. 1267-1283, Durão Pais
- 4. 1284-1289, Domingos Anes Jardo
- 4. 1289-1297, Pedro Colaço

- 4. 1297-1314?, Fernando Martins
- 4. 1314-1321, Geraldo Domingues
- 4. 1322-1340, Pedro II
- 4. 1341-1347, Martinho Afonso
- 4. 1347-1352, Afonso Dinis
- 4. 1352-1355, João Afonso I
- 4. 1355-1368, João Gomes de Chaves I
- 4. 1368-1382, Martinho Gil de Brito III
- 4. 1382-1404, João Eanes III
- 4. 1404-1406, Martinho IV
- 4. 1406-1415, Diogo Álvares de Brito
- 4. 1415-1420, Álvaro Afonso
- 4. 1420-1423, Pedro de Noronha
- 4. 1423-1426, Vasco I
- 4. 1429-1440, Álvaro de Abreu
- 4. 1443-1463, Vasco Perdigão
- 4. 1463-1464, Jorge da Costa
- 4. 1464-1468, Luís Pires
- 4. 1468-1471, Álvaro Afonso
- 4. 1471-1484, Garcia de Meneses
- 4. 1485-1522, Afonso de Portugal

### 3. Bispos da Guarda

- 4. 1200-1226, Martinho Pais
- 4. 1226-1248, Vicente Hispano
- 4. 1248-1267, Rodrigo Fernandes
- 4. 1267-1278, Frei Vasco
- 4. 1278-1301, Frei João Martins
- 4. 1302-1313, Vasco Martins de Alvelos
- 4. 1314-1316?, Estêvão
- 4. 1319-1322, Martinho
- 4. 1322-1326, Guterres
- 4. 1326-1345, Bartolomeu
- 4. 1346-1347, Afonso Dinis
- 4. 1349-1356?, Lourenço
- 4. 1357, Estêvão Tristão
- 4. 1360, Gil de Viana
- 4. 1362-1367, Vasco de Meneses
- 4. 1367?-1384, Afonso Correia
- 4. 1384-139?, Frei Vasco de Lamego
- 4. 139?-1396?, Afonso Ferraz

- 4. 1397?, Gil
- 4. 1397-1426, Gonçalo Vasques da Cunha
- 4. 1427-1458, Luís da Guerra
- 4. 1459-1476, Frei João Manuel
- 4. 1477-1478, João Afonso Ferraz
- 4. 1479-1496, Álvaro de Chaves

### 3. Bispos de Lamego

- 4. 1147-1173, Mendo
- 4. 1174-1189, Godinho Afonso
- 4. 1190-1196, João I
- 4. 1196-1209, Pedro Mendes
- 4. 1211-1246, Paio Furtado
- 4. 1247-1248, Martinho
- 4. 1248-1257, Egas Pais
- 4. 1257-1270, Pedro Anes
- 4. 1271-1274, Domingos Pais
- 4. 1275-1282, Gonçalo
- 4. 1285-1296, João II
- 4. 1297-1302, Vasco Martins de Alvelos
- 4. 1309-1310, Diogo
- 4. 1312-1330, Rodrigo de Oliveira
- 4. 1331-1349, Frei Salvado Martins
- 4. 1350-1362, Durando
- 4. 1363-1393, Lourenço
- 4. 1392-1307?, Afonso das Astúrias
- 4. 1393-1419, Gonçalo Gonçalves
- 4. 1419-1421, Álvaro de Abreu
- 4. 1421-1446, Garcia de Meneses
- 4. 1426-1431, Luís de Amaral
- 4. 1432?-1446, João Vicente
- 4. 1446-1448, Gonçalo Anes
- 4. 1448-1464, João da Costa
- 4. 1464-1477, Rodrigo de Noronha
- 4. 1477?-1492, Gomes de Miranda
- 4. 1477-1479, Pedro Martins?
- 4. 1492-1502, Fernando Coutinho

### 3. Bispos de Lisboa

- 4. 1148?-1164?, Gilberto
- 4. 1164-1184, Álvaro
- 4. 1185-1209, Soeiro I

- 4. 1210-1232, Soeiro Viegas
- 4. 1238?-1241, João I
- 4. 1244-1258, Airas Vasques
- 4. 1258-1282, Mateus
- 4. 1283-1288, Estêvão Anes de Vasconcelos
- 4. 1289-1293, Domingos Anes Jardo
- 4. 1293-1313, João Martins de Soalhães
- 4. 1313-1322, Estêvão Miguéis
- 4. 1322-1326, Gonçalo Pereira
- 4. 1326-1342, João Afonso de Brito
- 4. 1342-1344, Vasco Martins
- 4. 1344-1348, Estêvão de la Garde
- 4. 1348-1356, Teobaldo de Castellon
- 4. 1356-1358, Reginaldo de Maubernard
- 4. 1359-1364, Lourenço Rodrigues
- 4. 1364-1369, Pedro Gomes Barroso
- 4. 1370-1371, Fernando Álvares
- 4. 1371, Vasco
- 4. 1371-1378, Agapito Colona
- 4. 1379, João de Agoult

### 3. Bispos de Silves

- 4. 1189-1191, Nicolau
- 4. 1253-1261, Frei Roberto
- 4. 1261-1268, Garcia
- 4. 1268-1292?, Frei Bartolomeu
- 4. 1292-1297?, Frei Domingos Soares
- 4. 1297-1310?, João Soares Alão
- 4. 1312-1320, Afonso Anes
- 4. 1322?-1334, Pedro I
- 4. 1334-1352?, Álvaro Pais
- 4. 1354-1367, Vasco
- 4. 1367-1370, João II
- 4. 1371-1379, Martinho
- 4. 1383, Pedro II
- 4. 1384?, Paio de Meira
- 4. 1389-1390, João Afonso de Azambuja
- 4. 1391-1401?, Martinho Gil
- 4. 1404-1407, João Afonso Aranha
- 4. 1407-1409, Martinho Gil
- 4. 1409-1414, Fernando da Guerra

- 4. 1414-1418, João Álvaro
- 4. 1418-1421, Garcia de Meneses
- 4. 1421-1429, Álvaro de Abreu
- 4. 1429-1440?, Rodrigo
- 4. 1441-?, Rodrigo Dias
- 4. 1450-1453, Luís Pires
- 4. 1453-1467, Álvaro Afonso
- 4. 1467-1480, João de Melo
- 4. 1481-1485?, Jorge da Costa
- 4. 1486-1501, João Camelo

### 3. Bispos de Viseu

- 4. 1147-1166, Odório
- 4. 1165-1169, Gonçalo
- 4. 1170, Marcos
- 4. 1171-1176, Godinho Soares
- 4. 1179-1192, João Pires
- 4. 1192-1213, Nicolau
- 4. 1213-1214, Fernando Raimundes
- 4. 1215-1222, Bartolomeu
- 4. 1223-1248?, Gil
- 4. 1249-1253, Pedro Gonçalves
- 4. 1254-1287, Mateus
- 4. 1289-1313, Egas
- 4. 1313-1323, Martinho
- 4. 1323-1328, Gonçalo
- 4. 1329-1333, Miguel Vivas
- 4. 1333-1362, João
- 4. 1373, Gonçalo
- 4. 1378?, João Martins
- 4. 1378?-1385, Pedro Lourenço
- 4. 1385-1391, João Pires
- 4. 1392-1425, João Homem
- 4. 1426, Frei João de Évora
- 4. 1426-1430, Garcia de Meneses
- 4. 1431-1438, Luís do Amaral
- 4. 1439-1444, Luís Coutinho
- 4. 1444-1463, João Vicente
- 4. 1464-1482, João Gomes de Abreu
- 4. 1487-1505?, Fernando Gonçalves de Miranda

### 3. Bispos do Porto

- 4. 1140-1145, Pedro Rabáldes
- 4. 1145-1152, Pedro Pitões
- 4. 1154-1175, Pedro Sénior
- 4. 1176-1185, Fernando Martins
- 4. 1185-1189, Martinho Pires
- 4. 1190-1235, Martinho Rodrigues
- 4. 1235-1247, Pedro Salvadores
- 4. 1247-1260, Julião Fernandes
- 4. 1261-1296, Vicente Mendes
- 4. 1296-1300, Sancho Pires
- 4. 1300-1308, Geraldo Domingos
- 4. 1308-1309, Fradulo
- 4. 1310-1313, Frei Estêvão
- 4. 1314-1322, Fernando Ramires
- 4. 1322-1327, João Gomes
- 4. 1328-1342, Vasco Martins
- 4. 1343-1357, Pedro Afonso
- 4. 1359-1372, Afonso Pires
- 4. 1373-1389, João III
- 4. 1390, Martinho Gil
- 4. 1391-1398, João Afonso Esteves de Azambuja
- 4. 1398-1407, Gil Alma
- 4. 1408-1414, João Afonso Aranha
- 4. 1416-1418, Fernando da Guerra
- 4. 1421-1423, Vasco II
- 4. 1424-1447, António Martins de Chaves
- 4. 1449-1453, Gonçalo Enes
- 4. 1453-1464, Luís Pires
- 4. 1465-1495, João de Azevedo

## 2. Famílias nobres

- 3. Albuquerque, Família
- 3. Alenquer, Família
- 3. Alvarenga, Família
- 3. Avelar, Família
- 3. Baião, Família
- 3. Barbosa, Família
- 3. Bragança, Família
- 3. Briteiro, Família
- 3. Cabreira, Família
- 3. Castelo Branco, Família

3. Castro, Família  
3. Chacim, Família de  
3. Coelho, Família  
3. Cogominho, Família  
3. Correia, Família  
3. Cunha, Família  
3. Dade, Família  
3. Farinhas-Góis, Família  
3. Fogaça, Família  
3. Galvões, Família  
3. Gomide, Família  
3. Gouveia, Família  
3. Guedões, Família  
3. Lanhoso, Família  
3. Madeira, Família  
3. Maia, Família  
3. Meira, Família de  
3. Meneses, Família  
3. Miranda, Família  
3. Molnes, Família  
3. Moreira, Família  
3. Nóbrega, Família  
3. Nogueira, Família  
3. Nóvoa, Família  
3. Pacheco, Família  
3. Pereira, Família  
3. Pimentéis, Família  
3. Portocarreiro, Família  
3. Riba de Vizela, Família  
3. Riba Douro, Família  
3. Ribeira, Família  
3. Sardinha, Família  
3. Sem, Família do  
3. Silva, Família  
3. Silveira, Família  
3. Sousa, Família  
3. Soverosa, Família  
3. Trastâmara, Família  
3. Urgese, Família  
3. Valadares, Família

- 3. Vasconcelos, Família
- 3. Vide, Família
- 2. Família real
  - 3. Infantes
    - 4. ? - ?, Sancha
    - 4. ? - ?, Teresa
    - 4. 11??-?, Raimundo
    - 4. 11??-1160, Mafalda
    - 4. 11??-1229, Sancha
    - 4. 1147-?, Henrique
    - 4. 115? - ?, João
    - 4. 1150-?, Urraca
    - 4. 1154-1211, Sancho
    - 4. 1176-1250, Teresa
    - 4. 1182-1202, Constança
    - 4. 1183-1233, Fernando
    - 4. 1186-1223, Afonso
    - 4. 1187-1258, Pedro
    - 4. 1189-?, Henrique
    - 4. 1195-1256, Mafalda
    - 4. 1196-1221, Berengária
    - 4. 1196-1240, Branca
    - 4. 1209-1248, Sancho
    - 4. 1211-1231, Leonor
    - 4. 1216-1279, Afonso
    - 4. 1218-1243, Fernando
    - 4. 1259-1321, Branca
    - 4. 1261-1325, Dinis
    - 4. 1263-1312, Afonso
    - 4. 1264-1302, Sancha
    - 4. 1265-1266, Maria
    - 4. 1268-1271, Vicente
    - 4. 1269-1269, Fernando
    - 4. 1290-1313, Constança
    - 4. 1291-1357, Afonso
    - 4. 1313-1357, Maria
    - 4. 1315-1315, Afonso
    - 4. 1317-1318, Dinis
    - 4. 1320-1367, Pedro
    - 4. 1324-1325, Isabel

- 4. 1326-1327, João
- 4. 1328-1348, Leonor
- 4. 1342-1367?, Maria
- 4. 1344-1344, Luís
- 4. 1345-1383, Fernando
- 4. 1373-1429, Beatriz
- 4. 1388-1389, Branca
- 4. 1390-1400, Afonso
- 4. 1391-1438, Duarte
- 4. 1392-1449, Pedro
- 4. 1394-1460, Henrique
- 4. 1397-1471, Isabel
- 4. 1400-1442, João
- 4. 1402-1443, Fernando
- 4. 1429-1432?, João
- 4. 1430-1439, Filipa
- 4. 1432-1432, Maria
- 4. 1432-1481, Afonso
- 4. 1433-1470, Fernando
- 4. 1434-1467, Leonor
- 4. 1435-1435, Duarte
- 4. 1436-1463, Catarina
- 4. 1439-1475, Joana
- 4. 1451-1452, João
- 4. 1452-1490, Joana
- 4. 1455-1495, João
- 4. 1475-1491, Afonso

### 3. Rainhas

- 4. 1133?-1158, Mafalda de Mouriana
- 4. 1153-1159?-1198, Dulce de Barcelona e Aragão
- 4. 1186-1187?-1220, Urraca de Castela
- 4. 1215?-1270-1271?, Mecia Lopes de Haro
- 4. 1244-1300, Beatriz Afonso
- 4. 1274-1336, Isabel de Aragão
- 4. 1293-1359, Beatriz de Castela
- 4. 13??-1355, Inês de Castro
- 4. 1324?-1349, Constança Manuel
- 4. 1350-1405, Leonor Teles
- 4. 1359-1415, Filipa de Lencastre
- 4. 1402?-1445, Leonor de Aragão

- 4. 1432-1455, Isabel de Coimbra
- 4. 1458-1525, Leonor de Viseu

### 3. Reis

- 4. 1109-1185, Afonso Henriques
- 4. 1154-1211, Sancho I
- 4. 1186-1223, Afonso II
- 4. 1209-1248, Sancho II
- 4. 1216-1279, Afonso III
- 4. 1261-1325, Dinis
- 4. 1291-1357, Afonso IV
- 4. 1320-1367, Pedro I
- 4. 1345-1383, Fernando
- 4. 1357-1433, João I
- 4. 1391-1438, Duarte
- 4. 1432-1481, Afonso V
- 4. 1455-1495, João II

## 2. Oficiais da cúria régia

### 3. Alferes-mores do Reino

- 4. 1129-?, Lourenço Viegas
- 4. 1130-1136, Fernão Peres Cativo de Soverosa
- 4. 1138-1141, Garcia Mendes de Sousa
- 4. 1142-1145, Álvaro Peres de Soverosa
- 4. 1146-1147, Mem Fernandes de Bragança
- 4. 1147-1169, Pêro Pais da Maia
- 4. 1169-1172, Nuno Fernandes de Soverosa
- 4. 1169-1173, Fernando Afonso
- 4. 1171, Vasco Sanches de Barbosa
- 4. 1173-1176, Mem Gonçalves de Sousa
- 4. 1179-1189, Pedro Afonso
- 4. 1190-1191, Rui Rodrigues de Pereira
- 4. 1192, Rui Mendes de Sousa
- 4. 1193-1195, Martim Vasques de Soverosa
- 4. 1196-1198, Rui Mendes de Sousa
- 4. 1199-1202, Paio Moniz de Cabreira e Ribeira
- 4. 1203-1211, Martim Fernandes Riba de Vizela
- 4. 1211, Soeiro Raimundes
- 4. 1212-1224, Martim Anes de Riba de Vizela
- 4. 1224, João Fernandes de Lima
- 4. 1225-1226, Fernão Fernandes de Bragança
- 4. 1236, Pedro Lourenço

- 4. 1245, Martim Peres de Vide
- 4. 1248-1255, João Afonso Telo de Albuquerque
- 4. 1255-1284, Gonçalo Garcia de Sousa
- 4. 1285-1295, Martim Gil de Riba de Vizela I
- 4. 1295-1312, Martim Gil de Riba de Vizela II
- 4. 1315-1317, Pedro Afonso
- 4. 1318-1325, João Afonso
- 4. 1325-1354 Pedro Afonso
- 4. 1340, Gonçalo Gomes de Azevedo
- 4. 1357-1367, João Afonso Telo
- 4. 1434-1437, Pedro de Meneses
- 4. 1444-1464, Duarte de Meneses
- 4. 1464-1480, Henrique de Meneses

### 3. Chanceleres-mores do Reino

- 4. 1128-1133, Mendo Feijão
- 4. 1128-1140, Pedro Roxo
- 4. 1132-?, Ermígio Peres
- 4. 1135-1141, Pedro?
- 4. 1141-?, Elias
- 4. 1142-1169, Mestre Alberto
- 4. 1147-1153, Paio
- 4. 1164, Pedro Gonçalves
- 4. 1169-1181, Pedro Feijão
- 4. 1172, Pedro Amarelo
- 4. 1175, Vasco Sanches
- 4. 1183-1214, Julião Pais
- 4. 1215-1226, Gonçalo Mendes Chancinho
- 4. 1226-1236, Mestre Vicente
- 4. 1238-1248, Durão Forjaz
- 4. 1249-1278, Estevão Anes
- 4. 1279-1280, Mestre Pedro Martins
- 4. 1280-1290, Domingos Anes Jardo
- 4. 1291-1295, João Peres de Alprão
- 4. 1296-1318, Estevão Anes Bochardo
- 4. 1318-1325, Francisco Domingues
- 4. 1325-1338, Miguel Vivas
- 4. 1336-1341, Pedro do Sem
- 4. 1357-1360, Vasco Martins de Sousa
- 4. 1372, Frei Nuno Roiz de Andrade
- 4. 1374-1399, Lourenço Anes Fogaça

- 4. 1384-1386, João das Regras
- 4. 1400-1406, Álvaro Gonçalves
- 4. 1407-1414, Fernão Gonçalves
- 4. 1416-1418, D. Fernando da Guerra
- 4. 1419-1421, Vasco Esteves
- 4. 1421-1432, Gil Martins
- 4. 1432, Fernando Afonso da Silveira
- 4. 1432-1433, Rui Fernandes
- 4. 1440-1441, Diogo Afonso de Mangacha
- 4. 1441-1463, Fernando da Guerra
- 4. 1463-1475, Rui Gomes de Alvarenga
- 4. 1475-1483, Álvaro de Portugal

### 3. Mordomos-mores do Reino

- 4. 1128-1135, Ermígio Moniz de Ribadouro
- 4. 1136-1146, Egas Moniz de Ribadouro
- 4. 1146-1155, Fernão Peres Cativo de Soverosa
- 4. 1157-1167, Gonçalo Mendes de Sousa
- 4. 1169-1172, Pedro Fernandes de Bragança
- 4. 1169-1172, Vasco Sanches de Barbosa
- 4. 1172-1175, Pedro Fernandes de Bragança
- 4. 1176-1186, Vasco Fernandes de Soverosa
- 4. 1186-1192, Mendo Gonçalves de Sousa
- 4. 1192-1211, Gonçalo Mendes de Sousa
- 4. 1211-1212, Martim Fernandes de Riba de Vizela
- 4. 1213-1223, Pêro Anes da Nóvoa
- 4. 1223, Martim Anes de Riba de Vizela
- 4. 1224, Gonçalo Mendes de Sousa
- 4. 1224, Henrique Mendes de Sousa
- 4. 1225-1226, João Fernandes de Lima
- 4. 1226, Abril Peres de Lumiares
- 4. 1226, Martim Sanches
- 4. 1228-1229/1230, Pêro Anes da Nóvoa
- 4. 1248, Rui Gomes de Briteiros
- 4. 1253-1264, Gil Martins Riba de Vizela
- 4. 1264-1278, João Peres de Aboim
- 4. 1279-1284, Nuno Martins de Chacim
- 4. 1285-1296, Durão Martins de Parada
- 4. 1297-1304, João Afonso Telo II
- 4. 1312-1323, Afonso Sanches
- 4. 1324-1325 João Afonso

- 4. 1357-1367, João Afonso Telo
- 4. 14??-1471, Álvaro de Sousa
- 4. 1471, Diogo Lopes de Sousa

1. RECURSOS DE INFORMAÇÃO
  2. Atas de congressos
  2. Atlas
  2. Cronologias
  2. Mapas
  2. Monografias
  2. Obras de referência
    3. Bibliografias
    3. Catálogos
    3. Dicionários
    3. Enciclopédias
    3. Glossários
    3. Guias
    3. Índices
    3. Manuais
    3. Repertórios
    3. Terminologias
  2. Periódicos
  2. Recursos eletrônicos
    3. Bases de dados
    3. Documentos digitais
  2. Teses

## 1. REINADOS

2. 1143-1185, Reinado de Afonso Henriques
2. 1185-1211, Reinado de Sancho I
2. 1211-1223, Reinado de Afonso II
2. 1223-1248, Reinado de Sancho II
2. 1248-1279, Reinado de Afonso III
2. 1279-1325, Reinado de Dinis
2. 1325-1357, Reinado de Afonso IV
2. 1357-1367, Reinado de Pedro I
2. 1367-1383, Reinado de Fernando
2. 1385-1433, Reinado de João I
2. 1433-1438, Reinado de Duarte
2. 1438-1481, Reinado de Afonso V
2. 1481-1495, Reinado de João II

## 1. RELIGIÃO

- 2. Calendário religioso
- 2. Cerimónias religiosas
- 2. Cultos religiosos
- 2. Devoções religiosas
- 2. Experiências religiosas
  - 3. Ascetismo
  - 3. Contemplação
  - 3. Flagelação
  - 3. Meditação
  - 3. Milagres
  - 3. Misticismo
  - 3. Retiros espirituais
- 2. Heterodoxia
- 2. Liturgia
- 2. Livros sagrados
  - 3. Alcorão
  - 3. Bíblia
  - 3. Tora
- 2. Lugares de culto
  - 3. Edifícios religiosos
    - 4. Edifícios religiosos cristãos
      - 5. Igrejas
      - 5. Mosteiros cristãos
      - 5. Santuários cristãos
    - 4. Edifícios religiosos não cristãos
      - 5. Mesquitas
      - 5. Sinagogas
- 2. Ofício religioso
- 2. Orações
- 2. Ortodoxia
- 2. Perseguições religiosas
- 2. Pessoas na religião
  - 3. Fundadores de religiões
  - 3. Mártires
  - 3. Sábios
  - 3. Santos
- 2. Práticas religiosas
- 2. Relações Rei-Igreja
- 2. Religiões

### 3. Cristianismo

- 4. Cismas
- 4. Concílios
- 4. Cruzadas
- 4. Cultos cristãos
  - 5. Culto das relíquias
  - 5. Culto de Cristo
  - 5. Culto do Espírito Santo
  - 5. Culto dos mártires
  - 5. Culto dos mortos
  - 5. Culto dos santos
  - 5. Culto mariano
- 4. Heresias
  - 5. Escotismo
  - 5. Tomismo
- 4. Igrejas do Ocidente
  - 5. Igreja Católica Romana
- 4. Igrejas do Oriente
- 4. Indulgências
- 4. Liturgia cristã
  - 5. Ritual bracarense
  - 5. Ritual moçárabe
  - 5. Ritual romano
- 4. Peregrinações
  - 5. Itinerários religiosos
  - 5. Peregrinações a Nossa Senhora
  - 5. Peregrinações a Roma
  - 5. Peregrinações a S. Frutuoso de Montélios
  - 5. Peregrinações a S. Geraldo de Braga
  - 5. Peregrinações a S. Tiago de Compostela
  - 5. Peregrinações a S. Vicente do Cabo
  - 5. Peregrinações a Santa Senhorinha de Basto
  - 5. Peregrinações a santuários
  - 5. Peregrinações à Terra Santa
- 4. Práticas cristãs
  - 5. Assistência cristã
  - 5. Instrução cristã
    - 6. Catequese
    - 6. Evangelização
  - 5. Oratória cristã

- 5. Pregação cristã
- 5. Sacramentos cristãos
  - 6. Batismo
  - 6. Casamento
  - 6. Comunhão
  - 6. Confissão
  - 6. Extrema-unção
  - 6. Penitência
- 4. Procissões
- 4. Reformas religiosas
- 4. Religiosidade dos leigos
  - 5. Capelas de morgadio
  - 5. Devoção privada
  - 5. Devoção pública
  - 5. Fundação de capelas
  - 5. Instituição de aniversários
- 4. Rituais cristãos
- 4. Sínodos
  - 5. Constituições
- 4. Teologia cristã
  - 5. Deus
  - 5. Jesus Cristo
  - 5. Virgem Maria
- 3. Islamismo
- 3. Judaísmo
- 2. Religiosidade
- 2. Rituais religiosos
- 2. Sacramentos
- 2. Teologia moral
- 2. Teologia social
- 2. Teoria e filosofia da religião
- 2. Tolerância religiosa
- 2. Vida espiritual

# 1. SOCIEDADE

## 2. Antroponímia

- 3. Antroponímia cristã
- 3. Antroponímia judaica
- 3. Antroponímia muçulmana

## 2. Assistência social

- 3. Instituições de assistência social
  - 4. Albergarias
  - 4. Confrarias
  - 4. Gafarias
  - 4. Hospitais
  - 4. Mercarias
  - 4. Misericórdias

## 2. Ciência

- 3. Astronomia
- 3. Física
- 3. Matemática
- 3. Medicina

## 2. Estudos do género

- 3. Crianças
- 3. Doentes
- 3. Mulheres
- 3. Órfãos
- 3. Pobres
- 3. Viúvas

## 2. Modo de vida

- 3. Sociedades rurais
- 3. Sociedades urbanas

## 2. Práticas sociais

## 2. Questões sociais

- 3. Conflitos sociais
- 3. Flagelos sociais
  - 4. Criminalidade
  - 4. Fome
  - 4. Marginalidade social
  - 4. Pobreza
- 3. Hierarquia social
- 3. Mobilidade social
- 3. Relações sociais
  - 4. Associativismo

- 4. Clientelismo
- 4. Vassalidade
- 4. Vizinhança
- 2. Sociologia
  - 3. Sociologia da cultura
  - 3. Sociologia da família
  - 3. Sociologia da religião
- 2. Técnicas e invenções
- 2. Toponímia
- 2. Viagens
  - 3. Itinerários
- 2. Vida quotidiana
  - 3. Alimentação
    - 4. Bebidas
      - 5. Água
      - 5. Vinho
        - 6. Vinho branco
        - 6. Vinho maduro
        - 6. Vinho rosete
        - 6. Vinho tinto
        - 6. Vinho verde
        - 6. Vinho vermelho
    - 4. Carne
      - 5. Aves de capoeira
      - 5. Carne de bovino
      - 5. Carne de caça
      - 5. Carne de caprino
      - 5. Carne de fumeiro
      - 5. Carne de ovino
      - 5. Carne de porcino
    - 4. Cereais
      - 5. Farinha
        - 6. Biscoitos
        - 6. Bolos
        - 6. Empadas
        - 6. Pão
          - 7. Pão de aveia
          - 7. Pão de centeio
          - 7. Pão de cevada
          - 7. Pão de milho

- 7. Pão de mistura
      - 7. Pão de trigo
      - 7. Tipos de pães
        - 8. Fogaças
        - 8. Pães de calo
        - 8. Pães-de-leite
        - 8. Regueifas
    - 6. Pastéis
    - 6. Polme
  - 4. Doces
    - 5. Doces de açúcar
    - 5. Doces de leite
    - 5. Doces de mel
    - 5. Doces de ovos
  - 4. Formas de confeitaria alimentares
    - 5. Alimentos assados
    - 5. Alimentos cozidos
    - 5. Alimentos fritos
    - 5. Alimentos refogados
    - 5. Sopas
  - 4. Formas de conservação alimentares
    - 5. Fumagem
    - 5. Salga
    - 5. Secagem
  - 4. Formas de consumo alimentares
    - 5. Consumo em fresco
    - 5. Consumo em seco
  - 4. Fruta
    - 5. Conservas de fruta
    - 5. Doces de fruta
    - 5. Frutas frescas
    - 5. Frutas secas
  - 4. Hortícolas
    - 5. Hortaliças
    - 5. Verduras
  - 4. Leite
    - 5. Laticínios
      - 6. Manteiga
      - 6. Nata
      - 6. Queijo

- 7. Queijo curado
      - 7. Queijo fresco
    - 6. Tabefe
  - 4. Ovos
  - 4. Peixe
    - 5. Marisco
    - 5. Peixe de mar
    - 5. Peixe de rio
  - 4. Refeições
    - 5. Almoço
    - 5. Ceia
    - 5. Jantar (refeição)
  - 4. Sociologia da alimentação
    - 5. Alimentação e sociabilidade
    - 5. Dieta alimentar
    - 5. Etiqueta à mesa
    - 5. Prescrições alimentares
    - 5. Receitas
  - 4. Temperos
    - 5. Acidulantes
    - 5. Adoçantes
      - 6. Açúcar
      - 6. Mel
    - 5. Ervas aromáticas
    - 5. Especiarias
    - 5. Gordura
      - 6. Azeite
      - 6. Banha
      - 6. Toucinho
    - 5. Sal
      - 6. Sal alvo
      - 6. Sal comum
  - 4. Utensílios culinários
- 3. Divertimentos e lazer
  - 4. Arte de cavalgar
    - 5. Jogos a cavalo
    - 5. Justas
    - 5. Torneios
  - 4. Artes musicais
    - 5. Goliardos

- 5. Instrumentos musicais
  - 6. Instrumentos musicais de percussão
  - 6. Instrumentos musicais de sopro
- 5. Música profana
- 5. Música religiosa
- 4. Banquetes
- 4. Caça
  - 5. Caça de batida
  - 5. Caça de cetraria
  - 5. Caça de montaria
- 4. Canto
- 4. Dança
- 4. Festas
  - 5. Festas cortesãs
    - 6. Casamentos régios
    - 6. Comemorações militares
    - 6. Investiduras de cavalaria
  - 5. Festas cristãs
    - 6. Festa de S. João Batista
    - 6. Festa de Santa Maria
    - 6. Festa de Todos os Santos
    - 6. Festa do Corpo de Deus
    - 6. Natal
    - 6. Páscoa
    - 6. Pentecostes
  - 5. Festas populares
    - 6. Carnaval
    - 6. Janeiras
    - 6. Maias
- 4. Jogos
  - 5. Jogo da pela
  - 5. Jogo do xadrez
  - 5. Jogo dos dados
  - 5. Jogos de azar
  - 5. Jogos de cartas
- 4. Momos
- 4. Ócio
- 4. Sociabilidade pública
- 4. Teatro litúrgico
- 4. Touradas

- 3. Habitação
  - 4. Mobiliário
  - 4. Organização habitacional
  - 4. Tipos de habitação
    - 5. Habitação popular
    - 5. Habitação rural
    - 5. Habitação senhorial
      - 6. Residências régias
        - 7. Paços em castelos
        - 7. Paços régios
      - 6. Residências senhoriais
    - 5. Habitação urbana
- 3. Saúde pública e higiene
  - 4. Doenças
  - 4. Epidemias
    - 5. Lepra
    - 5. Peste negra
  - 4. Medicina quotidiana
    - 5. Boticas
    - 5. Mezinhas
    - 5. Regulamentação higiénica
      - 6. Abastecimento de água
      - 6. Limpeza das ruas
      - 6. Pavimentação das ruas
- 3. Vestuário
  - 4. Peças de adorno
  - 4. Peças de vestuário
  - 4. Tecidos de vestuário
  - 4. Tipos de vestuário
    - 5. Vestuário feminino
    - 5. Vestuário masculino

## 1. VIDA PRIVADA

### 2. Afetos

- 3. Alegria
- 3. Amizade
- 3. Amor
- 3. Ciúme
- 3. Fraternidade
- 3. Medo
- 3. Solidão
- 3. Tristeza

### 2. Comportamentos da vida privada

- 3. Aborto
- 3. Adultério
- 3. Bigamia
- 3. Casamento
- 3. Castidade
- 3. Celibato
- 3. Concubinato
- 3. Conjugalidade
- 3. Convivialidade privada
- 3. Divórcio
- 3. Educação
- 3. Erotismo
- 3. Homossexualidade
- 3. Incesto
- 3. Maternidade
- 3. Prostituição
- 3. Sexualidade
- 3. Sodomia
- 3. Solidariedade privada
- 3. Suicídio

### 2. Corpo

- 3. Higiene corporal
- 3. Moral do corpo
  - 4. Nudez
- 3. Representações do corpo
- 3. Saúde corporal

### 2. Família